



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 17ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a Homenagear o Hospital Felício Rocho pelos 60 anos de sua fundação
- 1.2 - 16ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



ATAS

ATA DA 17ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/6/2012

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Presidente - Entrega de placa - Palavras da Sra. Maria Angela de Faria Resende - Palavras do Sr. José Rezende de Andrade - Apresentação musical - Palavras do Governador do Estado - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dinis Pinheiro - Délio Malheiros - Doutor Viana - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Hospital Felício Rocho pelos 60 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Antonio Anastasia, Governador do Estado; a Exma. Sra. Maria Angela de Faria Resende, Presidente do Conselho Superior da Fundação Felice Rosso; e os Exmos. Srs. Vereador Alexandre Gomes, 1º-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando o Presidente, Vereador Léo Burguês; e José Rezende de Andrade, Presidente do Conselho Diretor da Fundação Felice Rosso.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar as presenças a esta solenidade da Exma. Sra. Ana Lúcia de Almeida Gazzola, Secretária de Educação; e dos Exmos. Srs. Anísio Ciscotto Filho, Presidente em exercício da Associação de Cultura Ítalo-Brasileira de Minas Gerais; Marcelo Gouvêa, Secretário Municipal de Saúde; e José Carlos Nitzsche, Diretor do Hospital Felício Rocho, em nome de quem estendemos as nossas saudações a todos os membros da Diretoria dessa instituição. Gostaríamos de dar ciência a todos os

presentes, bem como aos telespectadores da TV Assembleia que nos acompanham neste momento, de mensagem enviada pelo Exmo. Sr. Aécio Neves, Senador da República. (- Lê:): “Sr. Presidente, uno-me à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais na homenagem aos 60 anos da Fundação do Hospital Felício Rocho, congratulando-me com todos aqueles que, com dedicação, entregam-se ao nobre trabalho de melhorar a saúde pública em nosso Estado. Com cordiais cumprimentos ao ilustre Presidente, saúdo a todos os membros dessa Casa”. Mensagens de igual teor foram enviadas pelos Deputados Federais Geraldo Thadeu e Marcos Montes.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Sexteto de Sopros da Banda de Música da Polícia Militar.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

A narradora - “Em 4/7/1882, o barco a vapor (- Incompreensível.) chega ao Brasil. Traz a bordo um menino cheio de esperança e sonhos de vida nova: Felice Nicola Rosso. Com apenas 12 anos, deixa para trás a aldeia italiana (- Incompreensível.) de Bataglia, na província de Salerno. Chega como carpinteiro e aqui recebe novo nome: Felício Rocho.

Sozinho, em terra estrangeira, torna-se um vencedor e rico proprietário. Pela qualidade do seu trabalho, é convidado a mudar-se para a Capital mineira. Inicia-se o ano de 1900. Na cidade, o imigrante amplia suas atividades e forma grande círculo de amigos. Conhece o advogado Américo Gasparini e outros membros da colônia italiana e se interessa pelas pessoas simples e desamparadas pela fortuna.

Final da década de 1930. O mundo está às vésperas de conflito internacional que viria separar nações e famílias. Mais uma vez, Felício Rocho demonstra seu espírito nobre e ideais de benevolência. Em 24/3/37, reúne brasileiros e imigrantes italianos. Lavra em cartório escritura de doação de parte dos seus bens para criar a fundação ítalo-brasileira Felice Rosso. O objetivo era manter e custear serviços hospitalares e praticar atos beneficentes. Em 9/5/37, lança a pedra fundamental de um hospital sem fins lucrativos. Felício Rocho falece em setembro do mesmo ano sem poder acompanhar a grande obra sonhada.

Américo Gasparini e o grupo de italianos e brasileiros iniciam as obras da fundação. Forma-se uma estrutura administrativa: a Assembleia dos Cooperadores, o Conselho Superior e a Diretoria. Várias personalidades compõem a lista dos primeiros fundadores. Eis aqui alguns nomes. Neles, lembramos todos os outros que se fizeram presentes: Américo Gasparini, Anielo Anastasia, Braz Pelegrino, Arthur Savassi, Vicente Longo, Fausto Carneiro das Neves, Enne Ciro Pone, Aloísio Rezende Neves, Jonas Barcelos Correia, Milton Campos, Rubens Resende Neves, Américo René Gianetti.

O edifício imponente é projetado pelo italiano Raffaello Berti, arquiteto que ajudou a modernizar Belo Horizonte. Vencendo as dificuldades inerentes à época, pouco a pouco, o Hospital Felício Rocho toma corpo e forma. Em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, evitando-se ingerências políticas, a fundação ítalo-brasileira é renomeada Fundação Felice Rosso. Quinze anos depois do planejado, no dia 21/6/52, o moderno hospital é inaugurado. Em 1957, pela primeira vez em Minas, é criado um corpo médico, com 18 clínicas e 5 serviços.

O hospital se expande e, junto com ele, a cidade. Reafirma-se a visão utópica dos imigrantes italianos. Eles traziam consigo uma marca, um carisma. Hoje, o Hospital Felício Rocho conta com 26 clínicas, 20 serviços auxiliares, 40 leitos de CTIs e um pronto-atendimento. Conta com 450 médicos e completa equipe de enfermagem. Possui cerca de 1.700 funcionários técnicos e administrativos torna-se pioneiro em Minas na ciência de transplantação de órgãos: fígado, pâncreas, duplo de rim e pâncreas, pulmão e coração, sendo o primeiro realizado em mulher no Brasil.

É o maior centro transplantador de Minas Gerais. Atuando em conjunto com 17 centros de diálise do Estado, mantém a certificação ONA Nível 3, hospital de excelência em saúde. Atualmente é administrado por três conselhos: superior, diretor e fiscal.

Três quartos de século de benemerências e seis décadas de assistência hospitalar envolvem, de forma indelével, a comunidade belo-horizontina e mineira. O hospital é a soma de ações coletivas de pessoas abnegadas que, nos últimos 60 anos, buscam realizar o sonho de Felício Rocho e Gasparini. Por isso nada mais justo que resgatar e divulgar a história dessa instituição. A fundação se concretiza na obra desse hospital.”

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado de Minas Gerais; Sra. Maria Angela de Faria Resende, Presidente do Conselho Superior da Fundação Felice Rosso; Exmo. Dr. Alexandre Gomes, Vereador amigo e 1º-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando o Vereador Léo Burguês, Presidente da Câmara; Sr. José Rezende de Andrade, dileto amigo e Presidente do Conselho Diretor da Fundação Felice Rosso, boa noite! Quero saudar também as Deputadas e os Deputados aqui presentes, por meio da figura fraterna e amiga da Secretária Ana Lúcia. Quero abraçar as senhoras e os senhores aqui presentes e a imprensa.

É uma alegria imensa para esta Assembleia homenagear os 60 anos de fundação do Hospital Felício Rocho, tão presente na memória afetiva e no cotidiano dos belo-horizontinos - para mim, de forma mais afetiva; eu estava dizendo ao Governador que ali externei o meu primeiro choro e, por outro lado, meu saudoso pai se despediu do nosso convívio ali também -, além de ser referência internacional em medicina de alta complexidade.

O belo prédio da Avenida do Contorno, projetado por Raffaello Berti, autor de tantas outras obras consideradas históricas na paisagem arquitetônica e cultural da cidade, liga-se aos cidadãos de origem italiana, que foram extremamente atuantes nos primeiros anos da Capital mineira. Felício Rocho é forma aportuguesada do nome do imigrante Felice Rosso, natural de Bataglia, na Província de Salerno. Ele se tornou exemplo do imigrante que, trabalhando duramente, alcançou sucesso na busca por um destino melhor.



Começou como mascate e humilde negociante de ferragens em Juiz de Fora e, depois, estabeleceu-se como empresário de transporte funerário em Belo Horizonte, antes de investir, com sucesso, no ramo hoteleiro. Solteiro e sem filhos, quis, na velhice, oferecer para usufruto da comunidade a fortuna acumulada pelo seu trabalho ao longo de uma vida. Um dos amigos da colônia italiana, o advogado Américo Gasparini, o convenceu, então, a fundar um hospital, este que hoje homenageamos e que se tornaria um dos mais renomados do País.

Além de Felice Rosso, Américo Gasparini e Raffaello Berti, vários ítalo-brasileiros tornaram possível a construção do hospital, numa tarefa que duraria 15 anos, concretizando-se com a inauguração do prédio em 1952. Entre outros nomes da ativa colônia que investiu seus esforços no longo período da construção, como os de Antônio Falci e Arthur Savassi, reconhecemos o de Aniello Anastasia, de quem descende diretamente nosso fraterno e caro Governador Antonio Anastasia.

Na tarefa de gerenciar essa instituição modelar, que tanto se distingue pelas técnicas de vanguarda para procedimentos clínicos e cirúrgicos complexos, a história registra a contribuição de eminentes figuras de nossa sociedade, não necessariamente ligadas à medicina. Pedimos licença aos demais para citarmos dois deles. O primeiro nome é de um querido ex-parlamentar federal, que migrou da área da segurança pública - na qual brilhantemente exerceu a função de Secretário de Estado - para a da segurança médica. Trata-se do respeitado e admirado José Rezende de Andrade. O segundo nome é da atual Presidente do Conselho Superior da fundação, a tão querida educadora e escritora Maria Angela de Faria Resende. Professora pioneira da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a Profa. Maria Angela é autora de livros de ficção para jovens e também de uma importante obra didática do ensino do francês para alunos brasileiros. É viúva do saudoso médico e político, Dr. Roberto Resende. Na figura imensamente culta, amável e dedicada à comunidade da Profa. Maria Angela, saudamos toda a diretoria da fundação e do hospital, juntamente com seu corpo clínico, que reúne médicos de exímia competência, responsáveis pela modernidade e pela alta tecnologia que trouxeram à instituição.

Minhas senhoras, meus senhores, creio que o momento é oportuno para lembrarmos que esta Assembleia tem hoje, querido Governador, a saúde pública entre suas prioridades, em pelo menos duas frentes. Estamos empenhados firmemente na defesa de mais recursos para a saúde, lutando para que a União invista na área pelo menos 10% de sua receita bruta, para que, junto com os Estados e Municípios, sejamos capazes de oferecer um sistema público de saúde digno aos nossos cidadãos. Já conseguimos colher mais de 200 mil assinaturas em um projeto de iniciativa popular com esse objetivo, e é necessário que todos os cidadãos de bem também se empenhem nessa tarefa. Falava anteriormente com os jornalistas: não podemos aplaudir este nosso querido e amado País, que, mesmo guindado à condição de 6ª economia do planeta, tem à sua frente, senhoras e senhores, proporcionalmente, querido Secretário José Rezende, 150 países que promovem mais investimentos em saúde. Se formos, Governador Anastasia, considerarmos o índice “per capita”, lamentavelmente teremos um retrato também infeliz: 75 países investem mais em saúde. Se formos fazer uma comparação, um cotejo com os países africanos, veremos algo que nos deprime, que fere a consciência cidadã de cada um de nós: o Brasil, hoje, investe na saúde menos que países africanos, entre eles Burundi, Gana, Gâmbia, Serra Leoa e Quênia. Se formos fazer um paralelo com a Argentina, por exemplo, o Brasil investe US\$385,00 “per capita” em saúde, e a Argentina, US\$757,00.

Ou seja, há um abismo a ser superado, e cabe a cada um de nós promover esse enfrentamento, daí a indignação do Parlamento de Minas, em parceria com a Associação Médica Brasileira, em sintonia com a OAB e em sintonia com mineiros e brasileiros; daí esse nosso clamor e essa nossa iniciativa denominada Caravana da Saúde.

Ela tem o propósito de apresentar, no bojo do Congresso Nacional, um projeto de iniciativa popular para que a União também possa esforçar-se, da mesma forma que Estados e Municípios, de maneira solidária, coletiva e responsável, nesse nosso propósito de ofertar a todos os brasileiros aquilo tão sonhado e desejado por nós: uma saúde universal - esse é o nosso desejo. Quero aproveitar a presença de uma plateia tão distinta para fazer esse chamamento e esse convite, a fim de que possamos defender e direcionar mais recursos para a saúde, sobretudo para as pessoas menos favorecidas.

Outra de nossas prioridades ligadas à saúde é o combate ao “crack” e a outras drogas que já se tornaram verdadeira epidemia e estão arruinando nossa juventude e destruindo famílias. A propósito, peço a adesão de todos para a marcha programada para o próximo sábado, dia 23, quando a Assembleia e diversas entidades estarão convocando a população a se engajar, com mais vigor, nessa luta.

Ressaltamos, a propósito, a atenção que médicos e funcionários do Hospital Felício Rocho dedicam aos pacientes do Sistema Único de Saúde, atendidos com o mesmo desvelo que os demais. É marca do hospital, pelo trabalho atento de todos os funcionários, o cuidado humanitário, visto no tratamento eficiente e digno dispensado a todos os que, fisicamente debilitados, precisam de compreensão e de afeto. Como mais uma contribuição ao bem-estar da comunidade, a Fundação Felice Rosso ainda mantém a respeitada Escola Irmã Genciana para a formação de técnicos de enfermagem.

Portanto, senhoras e senhores, orgulhosos do expressivo significado do hospital para Minas Gerais, agradecemos, em nome do povo que representamos, a dedicação, a eficiência, o carinho e o amor que toda a sua equipe tem demonstrado por nossa população. Que o espírito solidário de Felício Rocho nos inspire a abraçar permanentemente a causa do bem maior. Que Deus dê luz e sabedoria aos senhores e às senhoras e que o Felício Rocho continue agasalhando, com carinho e ternura, todos que demandarem o seu apoio e os seus valiosos préstimos. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega à Sra. Maria Angela de Faria Resende, Presidente do Conselho Superior da Fundação Felice Rosso, e também ao Sr. José Rezende de Andrade, Presidente do Conselho Diretor da mesma fundação, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “A história do Hospital Felício Rocho tem início com a Fundação Felice Rosso, mantenedora da instituição, criada a partir dos ideais do imigrante italiano Nicola Felice Rosso. O hospital, uma entidade em que a tradição e o pioneirismo caminham lado a lado com a modernidade e os avanços tecnológicos na medicina, oferece assistência médica integral, ambulatorial e de internação a clientes privados e a pacientes do SUS. Na data em que se comemoram os 60 anos de inauguração do hospital, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta honrosa homenagem ao Felício Rocho, reconhecido nacionalmente como centro de referência na área da saúde”.



O Sr. Presidente - Gostaria de convidar o Sr. Governador para nos acompanhar, por gentileza.
- Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Maria Angela de Faria Resende

Deputado Dinis Pinheiro, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Sr. Governador do Estado de Minas Gerais Antonio Augusto Junho Anastasia; Vereador Alexandre Gomes, 1º-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Dr. José Rezende de Andrade, Presidente do Conselho Diretor da Fundação Felice Rosso; senhoras e senhores; esta Assembleia Legislativa presta homenagem ao Hospital Felício Rocho pelos seus 60 anos de vida. Comemorar é lembrar junto, e é o que fazemos neste momento. Trazemos à memória aquele dia 21/6/1952.

A memória não pode ser vista simplesmente como um processo limitado e parcial de recordar um fato. A memória inclui a construção de referências sobre o passado e o presente. A celebração do aniversário do nosso hospital deve mostrar-nos que o acontecimento rememorado, em razão de seu valor simbólico, lembra as atividades da instituição inaugurada e também a época em que ela se insere, o tempo e o espaço que ela ocupa na sociedade. Assim, esta celebração nos remete a 75 anos atrás, quando Belo Horizonte era uma cidade onde havia muito o que fazer. Aqui vivia, desde 1900, um imigrante italiano que chegara sozinho ao Brasil, em 1882, na busca de oportunidades que a Itália, em dificuldades políticas e econômicas, deixara de oferecer. Era Nicola Felice Rosso. Mesmo não tendo renunciado à cidadania italiana, abrigou seu nome, assinava Felício Rocho e assim era conhecido por todos. Homem bem-sucedido em seus empreendimentos, generoso, preocupado com os menos favorecidos, doou parte de seus bens para criar uma fundação beneficente. A Belo Horizonte daquela década já contava com alguns hospitais, como as diferentes unidades da Santa Casa de Misericórdia, mas o crescimento da cidade demandava mais. A fundação foi, então, destinada a manter hospitais.

Sonhos que se realizam são sempre compartilhados. O sonho de Felício Rocho foi dividido com seu dileto amigo e advogado Américo Gasparini e com outros amigos e companheiros de negócios, de caçadas, de convívio social, italianos e brasileiros. Mesmo reconhecendo as injustas omissões, lembraremos aqui os nomes de Aniello Anastasia, Antônio Falci, Arthur Savassi e Rubens Resende Neves, que estão conosco na pessoa de seus descendentes, presentes nesta solenidade. Felício Rocho não viu seu sonho realizado: faleceu em setembro de 1937, poucos meses depois de assistir ao lançamento da pedra fundamental do hospital. Seus companheiros e incentivadores tomaram para si a responsabilidade de levar adiante o seu nobre desejo.

Foram 15 anos de lutas, dificuldades, grandes preocupações, pequenas vitórias, mas uma incansável perseverança. Os realizadores da obra, liderados por Gasparini, enfrentaram dificuldades financeiras, materiais e humanas e sofreram os reflexos de uma guerra mundial. Finalmente, o hospital foi inaugurado em 21/6/1952 e, no dia 23, já recebia seus primeiros pacientes, oferecendo-lhes o melhor da medicina de então: atendimento a cargo de competentes médicos, funcionários dedicados, serviço de enfermagem de qualidade, aparelhagem moderna. Hoje seu prédio, imponente, guarda a beleza da arquitetura modernista dos anos 30 e 40, de uma Belo Horizonte que se projetava pelas belas obras, como o complexo arquitetônico da Pampulha. E, mais que o prédio, o hospital se projeta como instituição de reconhecida importância.

A cidade continua a crescer, e ainda há muito o que fazer para atender a uma demanda cada vez maior na área da saúde. A ciência e a tecnologia evoluem em grande velocidade e exigem aprimoramento constante. O hospital acompanha essas mudanças, não sem lutas nem dificuldades. Mas o ideal que inspirou Felício Rocho e aqueles realizadores que já se foram permanece vivo nas atitudes daqueles que, hoje, com trabalho dedicado, asseguram a permanência do nosso hospital na cidade de Belo Horizonte, da qual ele é símbolo de tradição e modernidade.

Peço que o nosso Diretor-Presidente Dr. José Rezende de Andrade complete as minhas palavras. Muito obrigada.

Palavras do Sr. José Rezende de Andrade

Sr. Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado de Minas Gerais; Vereador Dr. Alexandre Gomes, 1º-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, boa noite! Primeiramente quero agradecer a presença de todos nesta magnífica reunião especial comemorativa dos 60 anos do Hospital Felício Rocho e 75 anos da Fundação Felice Rosso, instituição cujo Conselho Diretor tenho a honra de presidir. Agradeço ao Deputado Dinis Pinheiro, que possibilita esta reunião solene e que nos cedeu esta Casa Legislativa para esta honraria.

Agradeço também a honrosa presença do nosso Governador Antonio Augusto Anastasia, meu particular amigo, meu companheiro do governo Hélio Garcia, pessoa a quem devo muito. Se obtive êxito na Secretaria de Segurança, muito devo a ele como Secretário de Planejamento que foi.

Como puderam ver pelo vídeo apresentado e muito bem complementado pela Profa. Maria Angela, a história do hospital é uma trajetória contínua de luta de pessoas abnegadas e dedicadas, que muitas vezes sacrificaram o convívio com seus familiares em busca de melhores dias para o hospital. De 1952, até hoje, muitos foram os desafios e sacrifícios enfrentados por todos os que trabalham pelo crescimento e fortalecimento do Felício Rocho, visando a colocá-lo no patamar mais alto do setor médico-hospitalar brasileiro, buscando o atendimento humanizado e, principalmente, salvar vidas.

O Hospital Felício Rocho cresceu e se consolidou. Em Minas Gerais, somos pioneiros nos principais procedimentos da medicina, comprovando o alto grau de qualificação e especialização dos nossos profissionais. Por nossa proficiência, conquistamos reconhecimento e respeito de nossos clientes. Recentemente, auditores da Organização Nacional de Acreditação - ONA - confirmaram nossa qualidade, concedendo-nos a certificação máxima: Hospital de Excelência em Saúde. Agradecemos a certificação e estamos trabalhando para confirmá-la diariamente.

O Hospital investe constantemente na qualificação do seu corpo clínico, na aquisição de equipamentos de alta tecnologia e na reestruturação de sua área física, ampliando a oferta de leitos e serviços, reforçando, assim, o seu compromisso com pacientes e colaboradores. Informatizamos todo o hospital, possibilitando maior transparência nos protocolos médicos. Adquirimos novos aparelhos de hemodinâmica, tomografia, ultrassom, ressonância magnética, radiocirurgia e atualizamos as salas cirúrgicas. Em sua maioria, são equipamentos somente encontrados nos mais desenvolvidos centros de saúde do Brasil.



Vale ressaltar que o bom exercício da medicina exige, além da competência médico-assistencial, instalações e tecnologias adequadas, para oferecer atendimento de alto nível a todos os nossos clientes, sejam eles particulares, sejam de convênios, sejam do sistema público de saúde. É preciso manter o foco no cliente, sempre com responsabilidade social, como preconiza nossa missão.

Haverá sempre grandes desafios para manter esse hospital respeitado e eficiente. Esse é o papel dos que dirigem o Felício Rocho. A todos, do simples auxiliar de serviço ao médico mais competente, o nosso agradecimento por tudo. O Hospital Felício Rocho é a soma dos esforços de todos. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Sexteto de Sopros da Banda de Música da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que apresentará as seguintes músicas: “Amigos para Sempre”, de Andrew Lloyd Webber, e “My Way”, de Claude François.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Governador do Estado

Boa noite, senhoras e senhores. Exmo. Sr. Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da egrégia Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exma. Sra. Profa. Maria Angela de Faria Resende, Presidente do Conselho Superior da Fundação Felice Rosso; Sr. José Rezende de Andrade, Presidente do Conselho Diretor da Fundação Felice Rosso, caro amigo, verdadeira lenda viva da segurança pública mineira; eminente Sr. Vereador, Dr. Alexandre Gomes, 1º-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; eminentes Deputados estaduais aqui presentes, Doutor Viana, Sebastião Costa e Délio Malheiros; Profa. Ana Lúcia Almeida Gazzola, Secretária de Estado de Educação, que também integra órgão do colegiado da Fundação Felice Rosso. Se me permite, Sr. Presidente, quero aqui saudar o Dr. Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário Municipal de Saúde; Dr. Roberto Fonseca, Assessor Especial do Governador para Assuntos de Saúde; Dr. Anísio Ciscotto, eminente líder da comunidade italiana em Belo Horizonte; eminente Conselheiro Sylo Costa; Dr. Gilman Viana, nosso ex-Secretário da Agricultura; Dr. Paulo Navarro, que aqui vejo com muita satisfação; cumprimento todos os integrantes do corpo clínico do Hospital Felício Rocho, dos seus órgãos colegiados e todos os colaboradores de tão importante instituição; convidados, senhoras e senhores.

Caro Presidente, primeiro gostaria de louvar a iniciativa de V. Exa. em realizar uma sessão solene na Casa do povo de Minas em homenagem a esta instituição, o Hospital Felício Rocho, que comemora nesta data exata, 60 anos de sua fundação. Ao mesmo tempo, permito-me aqui dizer que, ao receber o convite e mais ainda, durante a solenidade, ao assistir ao vídeo e ouvir os discursos da Profa. Maria Angela e do Secretário José Rezende, pude retornar um pouco ao passado, no meu caso.

Há trinta e poucos anos, no convívio com meu avô, Aniello Anastasia, ele me relatava, com a memória prodigiosa que tinha até o fim de sua vida, efemérides da colônia italiana em Belo Horizonte, especialmente em seu período áureo, na década de 30, quando a Casa D'Itália serviu, meu caro Presidente, como sede da Assembleia Legislativa no pós-guerra, na Rua Tamoios.

Lá, naquela época, sob o comando do Conde di Sardis, Cônsul da Itália em Belo Horizonte, as famílias italianas se reuniam, entre os mármore de carrara, os cristais venezianos, os lustres e os vasos de alabastro, todos vindos da Itália, para discutir política, mas, fundamentalmente, para fazer benemerência em favor dos ítalo-brasileiros e daquela cidade, ainda tão jovem, na década de 30, mas que já apresentava traços de uma grande metrópole, que se transformaria ao longo das décadas. Entre eles se destacava o grande Felício Rocho, um homem à frente de seu tempo, não apenas sob o ponto de vista empresarial, mas pela sua solidariedade, pelo gosto na ajuda a outros. Ao seu lado, como aqui foi dito, mas não cansamos de reiterar, o papel fundamental do grande advogado Dr. Américo Gasparini. Com o auxílio de outros tantos italianos e brasileiros aqui mencionados, passamos a ter o lançamento, naquela época, época de entreguerras, de grandes dificuldades, de uma fundação, que tinha como objetivo promover a saúde. Até hoje, como lembra o Presidente, é tema recorrente das necessidades das pessoas. Imaginem naquela época, há 70 anos, o que seria não só na nossa Capital, mas por todo o Estado e por todo o Brasil. No sonho daquelas pessoas pioneiras nas suas atividades empresariais, verdadeiros heróis da construção de um mundo novo, de fazer a América, como se dizia na Itália e na América ao mesmo tempo, construíram as instituições e legaram para nós, hoje, seus descendentes, um imenso patrimônio, não só físico, clínico e de serviços, mas, muito mais do que isso, um patrimônio moral, de exemplo de cidadania, de civismo e de amor ao próximo.

Portanto, passados tantos anos, observamos que do sonho de Felício Rocho, do apoio de tantos amigos, do trabalho devotado de Américo Gasparini e, agora, da Profa. Maria Angela e do Dr. José Rezende - na pessoa de ambos, saúde e cumprimento os integrantes dos órgãos colegiados, do corpo clínico e os funcionários administrativos - consolidou-se esse magnífico hospital, que honra Minas Gerais e o Brasil.

Durante todas essas décadas, o Hospital Felício Rocho se consolidou como referência na medicina, como aqui foi dito, sendo o mais avançado em diversos segmentos, pioneiro em outras tantas áreas, sinônimo de qualidade e excelência, mas, sobretudo, de tratamento humano para as pessoas especialmente abrigadas sobre o pátio do SUS.

Portanto, só podemos aplaudir, porque, de fato, na benemerência originalmente concebida e sonhada por Felice Rosso, lá atrás, há mais de 70 anos, outros tantos levaram adiante a sua bandeira. Neste momento, o que podemos observar, como testemunhas da história, decorridas essas seis décadas de funcionamento do hospital, é exatamente a materialização daquele sonho, no cotidiano, na faina e na labuta daqueles todos que atuam no hospital e, sobretudo, daqueles que lá são atendidos, e muito bem atendidos pelo corpo clínico de excelência que lá temos.

Desse modo, como Governador do Estado, gostaria de estender os meus parabéns a toda a comunidade do Hospital Felício Rocho, extremamente satisfeito de podermos contar com essa verdadeira instituição, como aqui foi dito, instalada em belíssimo prédio de Raffaello Berti, outro grande integrante italiano da colônia. Permitam-me também lembrar, da sua lavra, o prédio do Colégio Marconi, atualmente incorporado ao patrimônio municipal, tudo isso sinalizando o grande esforço de abnegados ítalo-brasileiros daquela época em favor da sua comunidade.

Mas os tempos passam, e os problemas remanescem. O Presidente Dinis Pinheiro, em seu pronunciamento, muito sério e grave neste momento, lembrou-se da necessidade imperiosa que este Parlamento tem conduzido de rever as condições de financiamento da



saúde pública no Brasil. Lamentavelmente sabemos todos que, no Brasil, ao longo dos últimos anos, houve uma grave inversão. A União federal, durante todos esses tempos, responsável pela maior parte do financiamento do SUS, resolveu delegar a Estados e Municípios o percentual maior, mas se esqueceu de repassar os recursos necessários para tanto. Essa inversão tem causado dificuldades na sustentação desse grande edifício positivo e também aplaudido do SUS. A tabela estabelecida pelo Ministério tem sofrido igualmente críticas atroztes pela sua defasagem.

Sr. Presidente, tudo isso significa que essa campanha, encabeçada, titularizada, capitaneada pela Assembleia de Minas deve receber igualmente o reconhecimento não só dos mineiros, mas dos brasileiros.

A atual concentração tributária em prol da União permite que esses 10% da vinculação federal lastreiem os recursos do Sistema Único de Saúde, para que, então, o sonho de Felício Rocho e o trabalho de Américo Gasparini e de outros tantos, já convertido nessa belíssima realidade, possa cada vez mais se enraizar em uma realidade proativa em favor da saúde pública dos belo-horizontinos, dos mineiros e dos brasileiros. Em exemplos como os deles devemos sempre nos mirar, com otimismo, ânimo, denodo, criatividade e ousadia. E devemos imaginar que, se eles fizeram tanto, há tantos anos, com tantas dificuldades, nós, hoje, temos a obrigação de fazer muito mais.

Muito obrigado. Parabéns, Hospital Felício Rocho!

O Sr. Presidente - O Parlamento de Minas fica sensibilizado com a presença dos senhores e das senhoras e, sobretudo, com a presença deste notável mineiro. É isso que nos dá alegria e nos encanta sobremaneira no exercício da vida pública: a felicidade de testemunhar esse notável mineiro, extraindo o seu saber, a sua sensibilidade, a sua inteireza, o seu caráter e a sua devoção ao povo, à sua gente. Isso certamente extrapola as fronteiras de Minas e se torna realmente um exemplo belíssimo para cada um de nós, para todos os brasileiros. A vida pública deve ser feita dessa maneira, deve ser cultivada desse modo, com simplicidade, mas, acima de tudo, com esse saber, com essa devoção e abnegação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 25, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/6/2012

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Rogério Correia e Gustavo Valadares; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 568/2011; discurso do Deputado Rogério Correia - Questão de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente; questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Dilzon Melo - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Vitor Xavier - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Rômulo Viegas, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, pedi para discutir a ata, porque, mais uma vez, um projeto polêmico está em pauta. É um projeto que cria uma nova secretaria de governo. Não entendi, até agora, os motivos para o governo criar essa nova secretaria, que será uma secretaria de investimento. Sou contrário à criação de uma nova secretaria, não vejo justificativa para isso, e ninguém do governo conseguiu explicar nem fez, pelo menos, um esforço para tentar dar essa explicação. Já expressei que tenho o direito de analisar os motivos políticos que levam à criação de uma secretaria extraordinária para investimento. Acho estranho uma secretaria para investimento. Endividado como o Estado está, se uma secretaria tivesse que ser criada, que fosse para o controle do endividamento no âmbito do Poder Executivo. Talvez essa secretaria de controle do endividamento justificasse mais sua criação, porque o que vemos não é investimento. Temos investimentos no governo federal. Isso nós temos visto. A Presidenta Dilma anunciou R\$10.000.000.000,00 de investimentos. Se for para controlar o investimento do governo federal, um secretário aqui não me parece oportuno. Um secretário para verificar o endividamento e as medidas a serem tomadas talvez fosse justificável. O investimento, pelo que sei, não será na educação, porque, nesse caso, nem sequer os 25% constitucionais estão sendo investidos. Não é investimento na segurança pública, porque hoje, Sr. Presidente, pude ver mais um título para Minas: Delegados de Minas recebem o salário mais baixo do Brasil. Veja bem, Sr. Presidente. Peço que conste na ata que Minas Gerais é o 27º Estado, o último, no que diz respeito aos salários



de um Delegado de Polícia. O Rio de Janeiro está na frente, Estado que tanto sofreu com a questão da segurança pública. Lá, o salário de um Delegado é R\$14.634,00. O salário mais baixo, o último é pago por Minas Gerais, ou seja, R\$6.288,00. Então, não me parece que a criação dessa Secretaria tenha o objetivo de investir na segurança pública. Não me parece também que o objetivo seja investir na saúde, porque não são investidos 12% na saúde, mas 8%. Neste ano, com o TAG, serão 700 milhões a menos de investimentos nessa área. Então, Sr. Presidente, um projeto cria uma secretaria extraordinária, mas o debate não pode ser feito na Assembleia Legislativa. O governo usa da artimanha de não inscrever ninguém e, simplesmente, retira o quórum do Plenário, não permitindo, assim, que a Oposição faça a discussão do projeto. Conforme estabelece o Regimento Interno, temos seis reuniões para discutir o projeto de lei, mas aqui, na Assembleia Legislativa, são seis reuniões para cumprir tabela e, desse modo, a base de governo evita o debate político no Parlamento. Às vezes, digo que a população não entende e acha que a Assembleia deve ser fechada, mas, sinceramente, é o que temos visto até hoje. O Deputado Pompílio Canavez tentou fazer essa discussão, mas o Plenário foi esvaziado. E assim vai. “La nave va” meio sem rumo, na Assembleia Legislativa. Enquanto isso não se debate o que se deve debater, ou seja, o projeto de lei. Estou utilizando o direito de discutir a ata, a fim de ter pelo menos 5 minutos para dizer que discordo desse expediente, embora seja regimental. Apenas discordo dele. Não posso fazer absolutamente nada, a não ser, pelo menos na discussão da ata, ter 5 minutos para solicitar a realização de um debate sobre a criação de uma secretaria, para que alguém do governo explique isso com maiores detalhes e deixe a Oposição comentar por que não acha justo criar uma secretaria nesta altura do campeonato, ou seja, após 10 anos de governo do PSDB, criar uma secretaria de um secretário só, depois da criação de 164 cargos por lei delegada no Escritório Estratégico de Desenvolvimento. Se é Escritório Estratégico de Desenvolvimento, cheio de diretorias e tudo o mais, Sr. Presidente, creio que teríamos de fazer uma discussão mais detalhada sobre isso. Solicito, então, que conste na ata o repúdio da Oposição à forma como se tem travado ou não se tem travado os debates na Assembleia Legislativa. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares - Parabenizo o Sr. Presidente, que acertou o meu nome de primeira. Estou feliz, vou para casa satisfeito. Não acho ruim ser chamado de Gustavo Corrêa, que é meu companheiro, meu amigo. Deputado Rômulo Viegas, V. Exa. leu a ata. Eu gostaria de saber se nessa ata ou em alguma ata dos últimos 100 dias... Há quanto tempo os professores das universidades federais estão em greve? Sim, quase 50 dias. Quero saber, Deputado Rômulo Viegas, se nas atas dos últimos 50 dias está constando alguma nota de solidariedade da Bancada do PT aos servidores das universidades federais, que estão em greve há mais de 50 dias. Peço a V. Exa. - professor, homem estudioso e paciente - que estude as atas dos últimos 50 dias para saber se em alguma delas existe uma nota de solidariedade do PT aos servidores das universidades federais que estão em greve. Sr. Presidente, Deputado José Henrique, solicito à Mesa que examine ata por ata, porque eles são muito solidários com servidores em greve. Não estou acreditando, tenho certeza de que V. Exa. se esqueceu ou pulou, por alguma razão, essa nota de solidariedade do PT aos funcionários das universidades federais de todo o Brasil, que já estão em greve há mais de 50 dias. Então, amanhã, vou cobrar da Mesa um estudo dos últimos 50 dias para saber se existe alguma nota de solidariedade ou se existiu. A greve dos metroviários de Belo Horizonte acabou apenas hoje, é bom que isso fique claro, porque tem gente querendo colocar na cabeça da população de Minas que essa greve tem a ver com o governo do Estado. Em absoluto, porque servidores do metrô de Belo Horizonte são funcionários federais, de um órgão federal que é a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU -, ligada ao Ministério das Cidades. Deputado Rômulo, não sei se V. Exa. fará esse estudo ou se será outra pessoa da Mesa, mas quero saber se existe nota de solidariedade não só aos servidores das universidades federais, que estão em greve há mais de 50 dias, mas também aos metroviários, que ficaram em greve um grande tempo, causando um transtorno absurdo à população de Belo Horizonte. Preciso saber se houve alguma nota de solidariedade do PT para com esses grevistas. É o que tinha para discutir em relação à ata, muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Questões de Ordem

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, gostaria de trazer ao conhecimento dos nobres pares, como também da mídia, por meio da TV Assembleia, artigo de minha autoria, publicado em todos os jornais da nossa Minas Gerais, intitulado a “A luta dos professores”. O artigo diz o seguinte: “A reação do Ministério da Educação às críticas que vem sofrendo dos professores universitários e dos institutos federais, em greve, mostra a total inabilidade do governo petista em lidar com movimentos reivindicatórios legítimos de seus trabalhadores e revela, ainda, a opção pela mentira para defender o arrocho salarial que imprime à categoria. O MEC, no fim de maio último, incomodado com as críticas à Profa. Marina Barbosa, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes -, que lidera o movimento grevista, distribuiu nota à imprensa na qual afirma que não há piso salarial de R\$557,51 no âmbito do MEC. É uma mentira grosseira do MEC, comandado pelo Dr. Aloísio Mercadante. Basta uma simples consulta às páginas das instituições federais de ensino e da Casa Civil para comprovar a falsidade da informação. A Universidade Federal de Santa Maria, por exemplo, publica, no seu portal, a tabela com o vencimento dos professores federais de ensino, na qual está documentado que o salário-base de ingresso dos professores, com jornada de 20 horas semanais, abrangido pelo plano de carreira do magistério de ensino básico, técnico e tecnológico, é de exatos R\$557,51. Na mesma tabela, comprovamos também que o governo federal paga por um mestrado uma gratificação de R\$175,58. É o que foi fixado pela Lei nº 11.704, de 22/9/2008, e seus anexos. É fácil, não há firula, dribles, jogos de palavras ou manipulação de números que mude isso. Agora, para fugir da constatação do salário que paga aos professores federais, o governo federal quer somar a esse piso salarial, que na verdade é inferior ao salário mínimo legal, a gratificação pelo exercício da função e dar um reajuste ridículo de 4%, que não cobre sequer as perdas salariais acumuladas nos últimos três anos de congelamento. Estamos assistimos hoje, no desenrolar da greve, ao Brasil real



que passa à frente dos nossos olhos. Surgem, às centenas, país afora, casos espantosos como o do campus de Rio Paranaíba, da Universidade Federal de Viçosa, onde milhares de alunos estão tendo aulas em salas totalmente improvisadas, com grave risco para a saúde e a segurança. Aqui em Minas, o PT passou meses criticando o governo estadual pela remuneração paga aos profissionais de ensino. Dizia fazer isso em defesa da educação. E agora onde estão as lideranças do PT diante do quadro que mostra que o governo do Estado de Minas Gerais paga mais aos professores que o governo federal? Onde estão os discursos indignados? Onde está a cobrança à imprensa para a divulgação da luta dos professores das instituições federais de ensino? Professores, sejam eles da rede municipal, estadual ou federal, merecem o mesmo respeito da comunidade. Não merecem ser usados como massa de manobra.” Mas estão sendo usados. Esta Casa primou e fez com muita capacidade o plano de carreira dos servidores da educação de Minas Gerais. O governo federal se nega a discutir. Enquanto aqui estamos discutindo aquilo que é bom para a educação, falavam que não iríamos cumprir, e estamos cumprindo. Quem não cumpre é, mais uma vez, o governo federal, que fala e não cumpre, briga mas não acha solução. E os servidores da educação federal estão se lamentando pela ridícula remuneração que hoje recebem do governo federal. Sr. Presidente, esse artigo foi publicado em um dos jornais, no último sábado, intitulado “A luta dos professores”, de nossa autoria. Eu gostaria que quem não teve acesso buscasse a matéria na internet, nos meios de comunicação, para conhecer a nossa opinião real, sincera, sem coloração partidária, mas aquela que merece respeito dos educadores. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Deputado José Henrique, no semestre passado o Deputado Gustavo Valadares quase teve de beber a água que o Deputado André Quintão trouxe, imunda, do Jequitinhonha, com essa mania de fazer seus desafios. Provavelmente, no final do ano, ficará com os joelhos sangrando por andar de joelhos na rodovia. Já está até com a muleta emprestada do nosso dileto amigo, Deputado Lafayette de Andrada. Agora cobrava o apoio da Bancada do PT à greve dos professores universitários. Pediu, não chegou a fazer promessa, mas, antes que S. Exa. cometa outro desvio, outro ato absurdo - e nenhum de nós lhe deseja mal, é um grande amigo nosso -, já lhe mostrei, do dia 13 de junho, o manifesto do nosso mandato e da Bancada do PT apoiando a greve das universidades federais e buscando intermediar negociações. Dizemos exatamente que o nosso mandato apoia a greve enquanto iniciativa democrática e considera que assim deve ser entendida. Iniciada a partir de 17 de junho... Aí vem a nossa nota, que ele cobrou, favorável à greve dos professores. E vai dizendo a situação das greves. Em Minas Gerais, a greve começa na Universidade Federal amanhã ou depois. Minha irmã é professora universitária, evidentemente solicitou intermediação, e assim queremos fazer. Greve é do processo democrático e existirá em qualquer governo. Fui Líder do Governo quando Patrus Ananias era Prefeito, e os professores fizeram greve de 40 dias. É preciso tratar a educação com respeito. Greves existirão, e assim é saúde. O que não pode é o tratamento antissindical. É essa a reclamação que fizemos durante todo o período. Por exemplo, Deputados e Deputadas, a Cemig está agora com quatro trabalhadores concursados demitidos - são celetistas, mas concursados -, um deles com 29 anos de serviço. Ora, espero solidariedade dos Deputados da base do governo no caso concreto da Cemig, ou pode haver uma prática antissindical dessa forma? São sindicalistas membros da Cipa. Isso é tratar a greve de maneira incorreta, com repressão política, com repressão antissindical. Os professores fizeram um acordo, o governo assinou esse acordo por intermédio do Secretário Danilo de Castro e depois enviou um projeto de lei contrário ao acordo assinado. Greves existirão em qualquer governo. Isso faz parte do sistema democrático. É evidente. Não há problema nenhum, é correto que os trabalhadores se mobilizem, e eles terão o nosso apoio. Não só os servidores das universidades mas também os do Inbra, que também estão em greve. Estamos buscando intermediações, eles nos procuraram no gabinete. Isso faz parte do processo democrático. Fico impressionado de ver que o governo não tem o que dizer do governo do Estado. Quando há um problema, não procuram resolvê-lo, mas atacar algum outro problema que existe no governo federal. Vejam a greve da saúde que ocorreu em Minas. Tenho de reconhecer que o Deputado Bonifácio Mourão hoje teve uma atitude digna. Foi procurado por nós e está intermediando uma saída para a greve, ao invés de ficar dizendo que tem greve lá em Brasília, que tem greve nas universidades. E dane-se este Estado, Deputado Duarte Bechir. Porque há uma greve lá, não se resolverá a daqui? Os Deputados Estaduais não se mobilizam, porque a greve é do governo Anastasia? Quero parabenizar o Deputado Bonifácio Mourão, porque hoje ele telefonou para a Secretária Renata Vilhena, dizendo que estava ocorrendo repressão no Hospital João XXIII e que era preciso resolver o problema. Porque está havendo greve federal não resolverão os problemas daqui? Realmente, não se resolvem os problemas de Minas dizendo que há problema no mundo. É o que sempre disse: o governo do PSDB errou, e o Lula acertou. Imaginem se o Lula ficasse reclamando do Fundo Monetário Internacional e da dívida externa durante os seus 8 anos de governo, em vez de resolver o problema e fazer o Brasil crescer. Entraríamos em uma crise profunda. A justificativa internacional não pode deixar de ter ações nacionais. O problema de Minas não pode ser justificado com a existência de outros problemas locais, Deputados. Coloquem o pé no chão, ajudem a resolver os problemas de Minas Gerais, que está endividada, quebrada, sem investimentos do governo do Estado. A saúde está apenas com 8%. Aí dizem: “Mas em Brasília ainda não aumentou”. E daí? Por isso não se cobrarão os 8% de investimentos? Não se investem 25% em educação porque há greve federal? Isso está certo? Ora, Deputados, devemos ver os problemas de Minas em vez de escondê-los atrás de outros, em cortinas de fumaça. Essa é a discussão que deve ser feita. Vamos discutir. É justo, neste momento, criar mais uma secretaria de governo, mais cargos, numa hora de crise, em que não há recursos para a educação e para a saúde? Para fazer investimento em quê? Deputado, termino a minha fala dizendo que a proposta do governo, ao fazer a justificativa, em momento algum fala que criará uma secretaria de investimento para verificar o investimento na educação, na saúde e na segurança pública. Aí não fala que tipo de investimento será feito. Isso para pegar recurso emprestado e montar estrada para outro governo pagar e esquecer da educação e da saúde? E dizer que está esquecendo disso, porque aqui há greve federal? Não justifica. Comparar o que o governo do Lula e o governo do Fernando Henrique investiram na educação é um bom tema para discutirmos. Comparar o que o governo de Minas e o governo federal investem também é um bom tema para discussão. É incomparável o que se investiu a mais na educação. O Deputado Rômulo Viegas sabe que hoje a universidade está muito melhor do que antes. Mas não é o caso de ficarmos comparando. Quero resolver os problemas que estão postos, e não, escondê-los atrás de outros. Tenha paciência! Muito obrigado.

A Deputada Liza Prado - Sr. Presidente, vou pegar o embalo do Deputado Rogério Correia, meu companheiro, sempre cerrando fileiras para defender o trabalhador. Quero dizer que deixo o nosso voto de solidariedade a todos os funcionários das universidades



federais, pois, neste período, passam por um momento muito especial. A Presidenta Dilma anunciou que aumentará o número de vagas nas universidades federais e fará expansão na Universidade Federal de Uberlândia. Recentemente, conseguimos investimentos para fazer o câmpus, conseguimos as áreas nas cidades de Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas para expandir as universidades, criando mais vagas para os estudantes. Entretanto, é importante discutir a qualidade desse ensino. Discutimos muito o fato de as universidades federais estarem em greve, mas é preciso discutir a qualidade desse ensino. É preciso aumentar o número de vagas, mas é importante que a capacitação continue, que o ensino tenha qualidade, para avançarmos neste país.

Quero deixar também o meu apoio aos funcionários do Inbra e aos metroviários e a minha solidariedade aos trabalhadores da Cemig. Um companheiro é de Uberlândia, da Cipa, e foi exonerado. Independentemente da cor partidária, aquilo que for justo deve ter o nosso apoio. Portanto, apoio todos os trabalhadores e trabalhadoras a fim de que realmente tenham condições dignas de trabalho. Votei favoravelmente aos professores e estou certa de que temos de lutar constantemente para valorizar a educação. É preciso que haja apoio desta Casa às universidades federais, Rogério, porque não podemos deixar os professores sobrecarregados ou sem condições de manter seus salários. Os Oficiais Administrativos estão bastante penalizados por diversas razões. Por exemplo, não há novas contratações para os hospitais universitários, não se abriu concurso. Os Oficiais Administrativos estão sobrecarregados, e quem sofre com isso é a população, uma vez que perde por não receber um atendimento de qualidade nos hospitais universitários, perde com a diminuição da qualidade do ensino.

O mesmo acontece em outras áreas. O Estado tem 853 Municípios, e menos de 400 possuem delegacias, o que afeta a situação dos Delegados da Polícia Civil e dos policiais. Muitos têm três, quatro delegacias para tomar conta. Os Oficiais não têm as condições necessárias para trabalhar. O descaso que percebemos, Rogério, ocorreu em vários mandatos. Não é específico deste ou de outro governo. O Deputado Lafayette lutou por mais qualidade na Polícia Civil. Precisamos de uma delegacia-modelo em Uberlândia, Rogério. Se observar como trabalham os policiais e os Delegados naquela cidade, você ficará envergonhado. Recentemente foi mudado o lugar do plantão, resultado de parceria entre a Prefeitura e o governo do Estado. E agora, com o empréstimo do BNDES, em relação ao qual votei favoravelmente, podemos ter algumas delegacias-modelo. Uberlândia merece contar com esse serviço, porque a cidade é referência. Mas há outras questões. Não só os Delegados, mas também todos os policiais civis precisam ter condições de trabalho. Há que aumentar o efetivo. A Polícia Militar avançou bastante em Minas Gerais no que se refere à infraestrutura e ao efetivo. Mas Uberlândia, Araguari e a região do Triângulo Mineiro contam com menos policiais. São décadas e décadas de descaso com as forças de segurança. Prova disso é que Uberlândia recebeu viaturas novas, recebe um apoio constante, mas o efetivo ainda é menor. Há que planejar e pensar as cidades. Temos de apoiar todas as categorias o tempo todo. Deve haver planejamento, preparação. É questão de justiça discutir as carreiras, a fim de que o servidor tenha uma autoestima alta, possua boas condições de trabalho, disponha dos mecanismos necessários à efetivação de suas funções, como instrumentos, equipamentos, internet, laboratórios, recursos da ciência, etc. Que possamos ter trabalhadores como os das universidades federais, que agora tentam manter seu piso. O piso inicial é alto, se comparado com o de alguns outros países. Entretanto, as universidades estão em greve porque não querem que a qualidade caia. Precisam lutar para que esse patamar não se altere, senão, daqui a um tempo, estará defasado. Estive em Uberlândia apoiando os técnicos administrativos da Universidade. Fica aqui, então, a minha solidariedade a todas as trabalhadoras e trabalhadores, a fim de que tenhamos uma sociedade democrática, em que, de fato, independentemente das bandeiras partidárias, defendamos o servidor. Esta Casa está de parabéns, pois percebemos que, independentemente da cor partidária, sabemos o que é justo, o que deve receber o nosso apoio, o que deve ser incentivado, que, no final das contas, é o diálogo. A greve é um direito a ser exercido, mas de forma pacífica, ordeira, e tenho certeza de que é o que está acontecendo.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma reflexão. Primeiro, uma palavra com referência aos jornais que hoje trouxeram notícias sobre a remuneração dos Delegados da Polícia Civil em Minas Gerais, dando conta de que o Delegado de Minas é o mais mal remunerado do Brasil. É preciso lembrar que, no ano passado, foi feito um acordo com as Polícias. Já foi dada a primeira parcela, estão sendo concedidos aumentos para as Polícias, para o Corpo de Bombeiros, para o sistema prisional e para o socioeducativo, ao longo deste quadriênio. E, ao final, Minas Gerais terá a Polícia Militar mais bem remunerada e a 4ª Polícia Civil mais bem paga do Brasil. Isto os Deputados se esqueceram de dizer: que é um acordo entre as Polícias e o governo deste Estado. Minas Gerais terá, paga por este governo, a Polícia Militar mais bem remunerada do Brasil, excluindo-se o Distrito Federal, onde é paga pelo governo federal, e a 4ª Polícia Civil mais bem paga do País. Isto ninguém fala: às custas do governo estadual. Quanto à greve da educação, referente ao sistema federal de ensino, também foi dito aqui que está no "site". E é um "site" que a família vê - e fico até feliz por isso -, mas não vemos nenhuma ação objetiva do PT no sentido de querer minimizar tal situação. Ao contrário, pois as notícias de hoje dão conta de que o governo federal, do PT, está se recusando a sentar para discutir com os professores da rede de ensino federal. Ao contrário do que houve aqui, em Minas Gerais, onde ocorreu, sim, uma greve política, que se estendeu por 100 dias. No entanto, em hora nenhuma o governo se recusou a sentar na mesa e discutir propostas, mas o governo federal se recusa a discutir com os servidores federais da educação. Isso aqui não é dito, é escondido e esfumado. Por fim, com referência à greve na saúde, ela existe, sim, mas é preciso lembrar que o governo federal detém 70% da arrecadação deste país e os Estados somados detêm apenas 30%. Os Estados e os Municípios gastam mais de R\$70.000.000.000,00 por ano com a saúde, e o governo federal, que detém 70% da receita, não gasta R\$40.000.000.000,00 com a saúde. A grande verdade é que o Brasil, com a 6ª economia do mundo, está no 89º lugar em gasto com a saúde. Isso não é dito aqui, ou seja, o governo federal, que detém os recursos, empurra para os Estados e para os Municípios as obrigações, mas não manda os recursos. E qual é o resultado? Óbvio que é greve. O governo federal manda fazer as coisas para não dar o recurso, que fica com ele para fazer gracinha, demagogia e o que quer. E, de vez em quando, ele abaixa o imposto, como o IPI, para diminuir ainda mais a arrecadação dos Municípios e dos Estados, posando de bonzinho para a população. Então, Sr. Presidente, é preciso colocar os pingos nos is, é preciso dizer onde está o problema, que está em quem financia as políticas públicas no País. Quem tem dinheiro para financiar as políticas públicas no País é o governo federal, que detém 70% da arrecadação. Quanto à segurança pública, já foi dito aqui que Minas Gerais é o Estado que mais investe em segurança pública: 13% do seu orçamento. Sabe quanto o governo federal investe, Deputada Liza Prado? Menos de 0,5%, ou seja, 0,4%. E aí vem a Bancada do PT,



muito entusiasmada, estufando o peito, dizer que Minas Gerais remunera mal os servidores da segurança pública. Onde está a responsabilidade do governo federal, que não investe e se recusa a investir na segurança pública? Onde está a responsabilidade do governo federal, que não investe e se recusa a investir na saúde também? Ele deu um tombo geral na sociedade quando foi votar a regulamentação da Emenda nº 29. Simplesmente a nossa Presidente vetou o artigo que determinava que o governo federal deveria ter um gasto mínimo com a saúde. E agora vêm dizer, com muita alegria e faceiros, que é culpa dos Estados e dos Municípios o problema da saúde. Isso é uma grande mentira; a verdade é que essa responsabilidade é do governo federal, que detém os recursos e é quem deveria financiar a saúde, a educação e a segurança neste país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 568/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocos do Moji o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, esse projeto autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocos do Moji o imóvel que especifica. Pedi para discuti-lo, porque a justificativa dele diz que, desde meados da década de 60, funciona no imóvel, objeto desse projeto de lei, a Escola Municipal Ambrosina Maria de Jesus. Se nos remetermos à década de 70, o discurso que aqui foi feito pelo Deputado Bonifácio de Andrade valeria também.

Há muito tempo, no Brasil se faz a divisão entre Estados e União, entre Estados e governos municipais. Antes era da mesma forma ou até mais concentrado que hoje. Quando Fernando Henrique governou o Brasil, ele não fez absolutamente qualquer tipo de reforma com relação a essas questões levantadas hoje pelo PSDB, por isso julgo se tratar de meras desculpas. São desculpas de um governo que quebrou Minas Gerais, que faliu Minas, mas que fez, durante 8 anos, o discurso de que o nosso Estado tinha conseguido um déficit zero. Desde a década de 70, discuto esse terreno doado ao Município de Tocos do Moji. Desde a época em que se estabeleceu essa questão, não temos solução. O engraçado é que o governo Fernando Henrique governou o Brasil e se desfez das coisas de Minas Gerais por anos a fio, mas o discurso jamais foi alterado. Agora apresentam uma desculpa. Descobriram, após 10 anos de governo do PSDB, como se houvessem colocado o ovo em pé, que existe uma partilha de recurso equivocada. Colocaram o ovo em pé!

Depois de Aécio falar Minas, agora descobrem que existe a União para ser culpada. Ninguém consegue governar dessa forma, durante 11 anos, e depois dizer que a culpa do malfeito, do governo desarranjado, da falência e da quebra do Estado é do governo federal. A população acreditará nisso? Imaginem se Lula tivesse ficado reclamando do Fundo Monetário Internacional, da dívida externa contraída por Fernando Henrique, que era imensa? Imaginem se ficasse reclamando que Fernando Henrique havia deixado dívidas e que assim nada podia fazer? Imaginem se ficasse dizendo que a culpa era do Fernando Henrique?

O Sr. Presidente - Deputado Rogério Correia, nem nós nem o telespectador o estamos entendendo. Estamos discutindo sobre um terreno em Tocos do Moji, mas parece que esse assunto está muito distante do que V. Exa. está falando. Gostaria que voltasse à discussão do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 568/2011.

O Deputado Rogério Correia* - Voltarei ao projeto, mas o telespectador talvez entenda que há uma manobra da base do governo, que não permite que as discussões cheguem ao Plenário. A Oposição às vezes precisa, por meio do projeto de Tocos do Moji, tentar discutir questões postas em outro projeto, que não chega a ser discutido, porque o governo tira o quórum, pede verificação e vai embora. Simplesmente ocorre isso.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - De modo geral, a bancada oposicionista se declara em obstrução. Isso é o que temos visto aqui e é dito em alto e bom som pela Liderança. De modo geral, a Liderança da Oposição é que se declara em obstrução. Não vejo obstrução da Bancada do governo. Ao contrário, vejo a Liderança da Oposição dizer, sempre e claramente, que está em obstrução. Por isso não chega o momento de discutir aquele projeto que se quer discutir.

O Deputado Rogério Correia* - Deputado, o problema é que temos um projeto em pauta, sobre o qual a Bancada da Oposição se declarou em obstrução, por ser contra ele. Trata-se do projeto que cria uma secretaria extraordinária à essa altura do campeonato.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Então, não venha dizer que é o governo que está obstruindo.

O Deputado Rogério Correia* - Esse projeto está na pauta. Só que, como V. Exa. sabe muito bem, o projeto nunca entra em discussão, porque...

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Porque a Bancada da Oposição está obstruindo.

O Deputado Rogério Correia* - Não, não é por isso, Deputado, mas porque, tendo maioria, os Deputados da Situação saem do Plenário, e um Deputado, também da Situação, pede que a reunião seja encerrada. Assim, a reunião acaba, e a Oposição não pode discutir o projeto do qual ela discorda. O que acontece é que, sobre aquele projeto, que deveríamos discutir por ele ser polêmico, a Situação manobra para que ele não seja discutido. Então não tenho a oportunidade de fazer a discussão do projeto por uma manobra da base governista. Tudo bem que é uma manobra regimental, vocês estão usando o Regimento. Permitam-me então usar do Regimento para discutir o terreno de Tocos do Moji, e não ser tão rigoroso para que eu possa pelo menos questionar o motivo pelo qual o governo quer criar uma Secretaria nova, 11 anos depois, de investimento. Não posso discutir o projeto, porque a base do governo não me permite chegar até ele, há várias reuniões. Vim discutir o projeto de Tocos de Moji, e a população de Minas entenderá e perdoará este Deputado por não estar tão dentro do projeto como deveria. Mas é importante que eu fale sobre isso, Deputado.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - De minha parte, não me oponho. Só quero esclarecer os dados. Quando se declara em obstrução e se recusa a deixar que aconteça a discussão, isso não é oposição. A Oposição tem dito aqui reiteradamente: estamos em obstrução... O que é obstrução? É a não discussão. Nós queremos discutir, porque temos argumentos, mas a Oposição está em obstrução e não nos deixa discutir, essa é a grande realidade.

O Deputado Rogério Correia* - Deputado, aí há uma incompreensão sobre o que é obstrução ou como entendê-la. A Oposição não entende a obstrução como ausência de discussão, e sim de votação.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Mas não deixa discutir.

O Deputado Rogério Correia* - Deputado, está em obstrução.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Mas poderia deixar discutir. Estamos discutindo o Tocos do Moji, mas não há nenhuma dificuldade em discutir o projeto do governo.

O Deputado Rogério Correia* - Mas o fato de estarmos em obstrução não significa que não tenhamos a discussão do projeto.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Obstrução é não deixar correr o fluxo natural da Casa. É isso o que vem acontecendo.

O Deputado Rogério Correia* - Aí, sim, o que significa votar o projeto. Somos obstrução...

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Votar, discutir, emendar... Obstruir é obstruir.

O Deputado Rogério Correia* - A obstrução pode ser feita de diversas formas.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Mas a força de obstrução de que a Oposição se utiliza aqui é de não deixar discutir, não deixar votar, não deixar reunir, não deixar abrir a reunião.

O Sr. Presidente - Solicito aos Deputados que voltem à discussão do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 568/2011, que trata da doação de imóvel ao Município de Tocos do Moji. Há tantos dados importantes que o Deputado pode esclarecer a esse respeito, tais como a área do imóvel, a comarca onde está sendo feito o seu registro.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - A finalidade para a qual está sendo doado. Acho que a população de Tocos do Moji merece de V. Exa.

O Deputado Rogério Correia* - E a população de Minas também merece saber por que o governo quer criar uma secretaria de investimento, 11 anos depois, após ter criado 164 cargos para um escritório de planejamento estratégico. São 164 cargos, 9 diretorias, e não se consegue uma diretoria para pensar o investimento. O Estado está endividado, quebrado, como Aécio Neves o deixou, e não sei que investimento quer discutir. Mas essa é uma forma de obstrução. Obstrução não é apenas fechar a reunião; é também fazer o debate, é se utilizar do tempo, tudo isso é obstrução. Gostaria de esclarecer essa nossa forma de fazer obstrução. Quanto ao projeto em pauta, ficarei devendo uma análise mais pormenorizada a seu respeito, Presidente. Ele já se encontra em redação final e certamente, ao autorizar o Poder Executivo a doar o imóvel ao Município, ele receberá uma destinação útil. Tomara que seja doado para a construção de uma escola ou algo que seja útil e que não seja para abrigar nenhuma delegacia da tal futura secretaria, pois acho que esta não precisará de nada mais a não ser do Secretário. Aliás, ela só cuida mesmo do Secretário.

Votaremos favoravelmente ao projeto e a sua redação final, que deve estar muito benfeita, mas gostaria de lamentar que o nosso debate seja tão enfraquecido, do ponto de vista do governo, com as suas manobras para impedir o debate político nesta Casa.

Questão de Ordem

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, como a Bancada do PT se retirou inteiramente do Plenário, não há condições de debate. Peço, portanto, o encerramento, de plano, da reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.996 e 3.086/2012, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões; informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentados ao Projeto de Lei nº 3.086/2012 um substitutivo do Deputado Pompílio Canavez, que recebeu o nº 2, dois do Deputado Rogério Correia, que receberam os nºs 3 e 4, e um do Deputado Sávio Souza Cruz, que recebeu o nº 5, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha os substitutivos com o projeto à Comissão de Administração Pública, para parecer.

- O teor dos substitutivos apresentados foi publicado na edição do dia 21/6/2012.

Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, pediria que V. Exa. lesse a ementa do projeto cuja discussão terminou, até para que fique claro que a Oposição não pôde discuti-lo. Pelo que entendi, já foram seis reuniões feitas, inclusive no que diz respeito a esse projeto da secretaria, por isso disse que não conseguimos discutir. Foram seis reuniões, e eu não consegui fazer a discussão do projeto. Era isso o que procurava explicar ao Deputado Lafayette de Andrada, que infelizmente optou por não permitir que eu discutisse novamente o projeto de criação da secretaria extraordinária.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura das ementas dos Projetos de Lei nºs 2.996 e 3.086/2012.

O Sr. Secretário (Deputado Duarte Bechir) - (- Lê as ementas dos Projetos de Lei nºs 2.996 e 3.086/2012, que foram publicadas nas edições de 22/3/2012 e 19/4/2012, respectivamente.)

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, já que V. Exa. encerrará a reunião, pediria que se registrasse em ata que este Deputado tentou, durante seis reuniões, discutir o projeto em pauta e não conseguiu fazê-lo por manobra regimental da base governista.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do Deputado Rogério Correia.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 21, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, e para a especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/6/2012

Às 15 horas, comparece na Câmara Municipal de Montes Claros o Deputado Elismar Prado, membro da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a



reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a implementação da Lei Federal nº 11.769, de 18/8/2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação -, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Claudim da Prefeitura e Zé Ferro, Vereadores da Câmara Municipal de Montes Claros; Robson Geraldo Soares de Figueirêdo, Superintendente Regional de Ensino de Montes Claros, representando a Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, Secretária de Estado de Educação; Iraceniária Fernandes da Silva, Diretora do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández; Elisângela Mesquita Silva, Diretora Técnico-Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros; José Gomes Filho, Diretor da subsele de Montes Claros do SIND-UTE-MG, representando a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora-Geral do sindicato; Raiana Alves Maciel Leal do Carmo, representante da Associação Brasileira de Educação Musical - Abem-MG -; e Jefferson Joe Moreira Alves, Coordenador da Associação Mineira dos Estudantes - Ame -, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Neste momento, o Presidente recebe dos convidados os seguintes documentos: manifestação de apoio ao ensino de música na educação básica, subscrita por professores de música de diversas instituições, e proposta de plano de curso de extensão em educação musical para formação de educadores, a ser ministrado pelo Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade desta, agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2012.

Elismar Prado, Presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 19/6/2012

Às 15h45min, comparece na Sala das Comissões os Deputados Paulo Lamac, Antônio Júlio (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do PMDB) e João Leite (substituindo o Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação do requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o financiamento para as políticas públicas sobre drogas e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Clélio Campolina Diniz, Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, agradecendo o convite para participar de audiência pública desta Comissão, que debateu a importância da educação para o enfrentamento do “crack”; ofício da Sra. Marta Elizabete de Souza, Presidente do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, publicado no “Diário do Legislativo”, em 14/6/2012. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Márcia Cristina Alves, Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas; e os Srs. Roberto Tykanori Kinoshita, Coordenador Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde; Aloísio Andrade, Presidente do Conselho Estadual Antidrogas; Vinícius Lopes Martins, Defensor Público do Estado; e Márcio Lobato Rodrigues, Delegado-Chefe do Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Paulo Lamac (3) em que solicita seja prorrogado o prazo de funcionamento desta Comissão até a conclusão de seus trabalhos, tendo em vista a complexidade da matéria; seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 7.663/2010, que acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 11.343, de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, dispor sobre a obrigatoriedade da classificação das drogas, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos arts. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas; seja realizada audiência pública para debater o enfrentamento do crack no âmbito mundial; André Quintão em que solicita seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas de combate ao “crack” no Município de Santa Luzia; Liza Prado em que solicita seja realizada audiência pública para discutir assuntos relacionados ao consumo e tráfico de drogas no Município de São Sebastião do Paraíso; Ulysses Gomes em que solicita seja realizada audiência pública para discutir políticas públicas de prevenção e combate ao uso de drogas no Município de Itajubá; Antônio Júlio, Délio Malheiros e Duílio de Castro em que solicitam seja realizada vista aos Centros de Acolhimento aos Usuários de Drogas de Belo Horizonte, em conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Registra-se a presença da Deputada Liza Prado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2012.

Paulo Lamac, Presidente - Antônio Júlio.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/6/2012****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2011, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que altera os arts. 55, 56, 62 e 70 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira, que proíbe a comercialização, a distribuição e a utilização de serpentinas metalizadas e produtos similares no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 941/2011, do Deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a afixação de cartazes informativos em postos de combustíveis e restaurantes localizados às margens de rodovias estaduais, alertando motoristas de caminhões sobre os riscos de dirigirem sob efeito de álcool, drogas ou medicamentos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.169/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe as instituições de ensino superior de efetuarem qualquer tipo de cobrança para emissão de diploma de conclusão de curso. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.344/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Raul Soares a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.382/2011, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Altos o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.745/2011, do Governador do Estado, que cria as carreiras de Médico da Área de Gestão e Atenção à Saúde, no âmbito da Secretaria de Saúde, e de Médico Perito, no âmbito da Secretaria de Planejamento e Gestão; altera as Leis nºs 15.462 e 15.470, de 13/1/2005, e 15.474, de 28/1/2005, e a Lei Delegada nº 174, de 26/1/2007. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 17, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 4 a 16, da Comissão de Justiça; a Emenda nº 3, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresentou, e as Emendas nºs 18 a 20, que apresentou; e pela rejeição da Emenda nº 17, da Comissão de Justiça. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 4 a 16, da Comissão de Justiça; a Emenda nº 3, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e as Emendas nºs 18 a 20, da Comissão de Administração Pública; e pela rejeição da Emenda nº 17, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 21 a 29 e pela aprovação da Emenda nº 30.



Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.996/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 13 da Lei nº 19.091, de 30/7/2010. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.033/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itacambira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capim Branco o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.058/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barão do Monte Alto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.086/2012, do Governador do Estado, que cria o cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição dos Substitutivos nºs 2 a 5.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.469/2011, do Deputado Antônio Júlio, que institui o Dia Estadual da Paz e da Conciliação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 625/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.784/2012, do Governador do Estado, que autoriza a Ruralminas a doar ao Município de Matias Cardoso o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.034/2012, do Deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 349/2011, do Deputado Fred Costa, que garante a destinação de espaço físico em unidades da rede estadual de ensino e de cultura às entidades da sociedade civil organizada, movimentos populares, associações e conselhos para o desenvolvimento de atividades de ensino, formação, aperfeiçoamento, preparação, lazer e recreação e dá outras providências.

A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 721/2011, do Deputado Délio Malheiros, que obriga os bancos de dados, os cadastros de consumidores e os serviços de proteção ao crédito a comunicar ao consumidor, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento - AR -, a negativação de seu nome. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 847/2011, do Deputado Delvito Alves, que obriga os bancos, as empresas de cartões de crédito, as operadoras de serviços de telefonia móvel e os provedores de internet e televisão por assinatura a disponibilizar aos usuários mecanismos capazes de gerar recibo que lhes permita comprovar documentalmente o teor e a data de suas solicitações. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.099/2012, do Governador do Estado, que promove a incorporação de parcela da Gedima ao vencimento básico dos servidores das carreiras do Instituto Mineiro de Agropecuária; reajusta as tabelas de vencimento básico da carreira de Auditor Interno do Poder Executivo; altera as Leis nºs 15.463, de 13/1/2005, e 18.974, de 29/6/2010, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.128/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 96 da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública, de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 26/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n.ºs 3.287/2012, do Deputado Elismar Prado; 3.290 e 3.293/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack; 3.297/2012, da Comissão Especial da Violência contra a Mulher.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei n.º 632/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei n.º 3.087/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Requerimentos n.ºs 3.240 a 3.242/2012, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Recurso n.º 1/2012, do Deputado Sávio Souza Cruz.

No 1º turno: Projetos de Lei n.ºs 1.369/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.630/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.637/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 2.162/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 3.044/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.094/2012, do Deputado Bosco; 3.119/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.145/2012, do Deputado Leonardo Moreira; 3.211/2012, do Governador do Estado; 3.219/2012, do Deputado Fabiano Tolentino; 3.226/2012, do Deputado Zé Maia; e 3.249/2012, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n.ºs 1.779/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 2.558/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 2.852/2012, do Deputado Doutor Viana; 2.936/2012, do Deputado Tenente Lúcio; 3.203/2012, do Deputado Antonio Lerin; 3.241/2012, do Deputado Doutor Viana; e 3.247/2012, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 26/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 885/2011, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.204/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 28/2012, do Governador do Estado, e Projetos de Lei nºs 1.870/2011, do Deputado Ivair Nogueira, e 3.138/2012, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 420/2011, dos Deputados Neilando Pimenta e Fred Costa.

Requerimentos nºs 3.219/2012, da Comissão Especial da Violência contra a Mulher, 3.253/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.270 e 3.271/2012, do Deputado Duarte Bechir, e 3.296/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a necessidade de efetivar um plano emergencial com alternativas para o fluxo de veículos nas principais vias de acesso a Belo Horizonte quando da ocorrência de acidentes e de veículos danificados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 27/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate, com a presença de convidados, sobre os programas de reconstituição mamária pelo SUS, destinados às pacientes em tratamento de câncer.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 26/6/2012, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2011, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que altera os arts. 55, 56, 62 e 70 da Constituição do Estado; do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006; e dos Projetos de Lei nºs 349/2011, do Deputado Fred Costa, que garante a destinação de espaço físico em unidades da rede estadual de ensino e de cultura às entidades da sociedade civil organizada, movimentos populares, associações e conselhos para o desenvolvimento de atividades de ensino, formação, aperfeiçoamento, preparação, lazer e recreação e dá outras providências; 625/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 721/2011, do Deputado Délio Malheiros, que obriga os bancos de dados, os cadastros de consumidores e os serviços de proteção ao crédito a comunicar ao consumidor, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento - AR -, a negatização de seu nome; 847/2011, do Deputado Delvito Alves, que obriga os bancos, as empresas de cartões de crédito, as operadoras de serviços de telefonia móvel e os provedores de internet e televisão por assinatura a disponibilizar aos usuários mecanismos capazes de gerar recibo que lhes permita comprovar documentalmente o teor e a data de suas solicitações; 941/2011, do Deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a afixação de cartazes informativos em postos de combustíveis e restaurantes localizados às margens de rodovias estaduais, alertando motoristas de caminhões sobre os riscos de dirigirem sob efeito de álcool, drogas ou medicamentos; 1.169/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe as instituições de ensino superior de efetuarem qualquer tipo de cobrança para emissão de diploma de conclusão de curso; 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira, que proíbe a comercialização, a distribuição e a utilização de serpentinas metalizadas e produtos similares no Estado; 2.344/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Raul Soares a área que especifica; 2.382/2011, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Altos o trecho rodoviário que especifica; 2.469/2011, do Deputado Antônio Júlio, que institui o Dia Estadual da Paz e da Conciliação; 2.745/2011, do Governador do Estado, que cria as carreiras de Médico da Área de Gestão e Atenção à Saúde, no âmbito da Secretaria de Saúde, e de Médico Perito, no âmbito da Secretaria de Planejamento e Gestão; altera as Leis nºs 15.462 e 15.470, de 13/1/2005, e 15.474, de 28/1/2005, e a Lei Delegada nº 174, de 26/1/2007; 2.784/2012, do Governador do Estado, que autoriza a Ruralminas a doar ao Município de Matias Cardoso o imóvel que especifica; 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011; 2.996/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 13 da Lei nº 19.091, de 30/7/2010; 3.033/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itacambira o imóvel que especifica; 3.034/2012, do Deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica; 3.056/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica; 3.057/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capim Branco o imóvel que especifica; 3.058/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barão do Monte Alto o imóvel que especifica; 3.086/2012, do Governador do Estado, que cria o cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos no



âmbito do Poder Executivo e dá outras providências; 3.099/2012, do Governador do Estado, que promove a incorporação de parcela da Gedima ao vencimento básico dos servidores das carreiras do Instituto Mineiro de Agropecuária; reajusta as tabelas de vencimento básico da carreira de Auditor Interno do Poder Executivo; altera as Leis nº 15.463, de 13/1/2005, e 18.974, de 29/6/2010, e dá outras providências; e 3.128/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 96 da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de junho de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Fabiano Tolentino, Romel Anízio e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão, para a reunião de audiência pública, com convidados, a ser realizada em 26/6/2012, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a insatisfação de produtores rurais com o CREA-MG no tocante à exigência de responsabilidade técnica para obras e empreendimentos rurais e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Duarte Bechir, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2012, às 19h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a revalidação de diplomas de cursos de pós-graduação expedidos por instituições de ensino estrangeiras, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2012.

Bosco, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir, Rômulo Viegas e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/6/2012, às 9 horas, com a presença de convidados, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão-Mogol, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre denúncias de que a Mineradora SAM estaria ameaçando agricultores para que vendam suas terras; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE OS SUBSTITUTIVOS NºS 2, 3, 4 E 5 AO PROJETO DE LEI Nº 3.086/2012

Comissão de Administração Pública Relatório

O Projeto de Lei nº 3.086/2012, de autoria do Governador do Estado, “cria o cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”.

A proposição foi examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública manifestou-se favoravelmente à matéria, com a Emenda nº 1, apresentada ao Substitutivo nº 1.

Por sua vez, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opinou pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.086/2012 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1.

Durante a fase de discussão do projeto, no 1º turno, foram apresentados em Plenário os Substitutivos nºs 2, 3, 4 e 5, que vêm a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, § 2º, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Substitutivo nº 2, apresentado pelo Deputado Pompílio Canavez, objetiva retirar a proposta de criação do cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos e do seu gabinete, e manter a proposta de criação do cargo de Chefe Adjunto Institucional da Polícia Civil.

O Substitutivo nº 3, apresentado pelo Deputado Rogério Correia, também pretende retirar da proposta original a criação do cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos e do seu gabinete, além de propor que as atribuições do



referido cargo sejam transferidas para o Escritório de Prioridades Estratégicas, cuja competência está estabelecida no art. 2º da Lei Delegada nº 181, de 20/1/2011.

Quanto ao que ainda consta do substitutivo citado, cumpre observar que permanece inalterada a proposta de criação do cargo de Chefe Adjunto Institucional da Polícia Civil. Por último, verifica-se que a proposta contida no art. 2º desse substitutivo tem o mesmo teor do inciso VI do art. 27 da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011.

O Substitutivo nº 4, também de autoria do Deputado Rogério Correia, tem o propósito de criar o cargo de Secretário de Estado Extraordinário para controle do Endividamento no âmbito no Poder Executivo, em substituição ao cargo de Secretário de Estado proposto pelo Governo, e mantém a proposta de criação do cargo de Chefe Adjunto Institucional da Polícia Civil.

Além disso, o referido Substitutivo nº 4, a exemplo do que dispõe a proposição original, estabelece as competências do cargo de Secretário de Estado, cria o seu gabinete e dispõe sobre a respectiva estrutura.

O Substitutivo nº 5, de autoria do Deputado Sávio Souza Cruz, tem o mesmo propósito do Substitutivo nº 2, cujo único objetivo é a criação do cargo de Chefe Adjunto Institucional da Polícia Civil. O que está a mais nesse substitutivo é inócuo, pelas mesmas razões apresentadas ao Substitutivo nº 3, uma vez que já é norma prevista no inciso VI do art. 27 da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011.

Deixamos de acolher as propostas em análise, pois entendemos que a criação do cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos e do seu gabinete, conforme propõe o Governo do Estado, se apresenta oportuna e necessária.

Com efeito, reconhecemos que a iniciativa governamental visa a colocar em prática os objetivos do Governo, que são a coordenação e a integração da ação governamental do Poder Executivo no ciclo das políticas públicas a cargo do Estado. Além disso, visa também a uma possível integração dos órgãos e entidades da administração pública estadual em sistemas setoriais, os quais serão agrupados nas áreas temáticas básicas da função administrativa e da governança institucional do Poder Executivo.

Por derradeiro, vale lembrar que a criação de cargo e a definição de suas competências bem como a estrutura de órgãos do Poder Executivo são matérias de competência privativa do Governador do Estado, conforme estabelece a Constituição Estadual. É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em declarar a inconstitucionalidade de leis ou de qualquer um de seus dispositivos que sejam de origem parlamentar e que tratem dessa matéria.

Sendo assim, apresentamos a seguinte conclusão, que ratifica o posicionamento anterior desta mesma Comissão.

Conclusão

Opinamos, pois, pela rejeição do Substitutivo nº 2, de autoria do Deputado Pompílio Canavez, dos Substitutivos nºs 3 e 4, de autoria do Deputado Rogério Correia, e do Substitutivo nº 5, de autoria do Deputado Sávio Souza Cruz.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2012.

Délio Malheiros, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Gustavo Valadares - Doutor Viana - Duarte Bechir.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/6/2012

O Deputado Gustavo Valadares* - Fala, João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte) – Agradeço muito o aparte e a oportunidade de falar antes de V. Exa. iniciar seu pronunciamento. Infelizmente, vemos a paixão pelo mais querido, o Senador Aécio Neves. Algumas vezes, nos esquecemos do Senador, mas ele é lembrado a todo o momento. E deve ser lembrado mesmo, por tudo que tem feito por Minas Gerais e pelo Brasil. E agora, há essa emenda do Governador que faz com que as mineradoras paguem 5% e façam retornar para os Estados os gastos que ele tem. Muitas vezes, devido ao peso das carretas carregadas de minério, os Estados têm de fazer a manutenção de suas malhas rodoviárias. Então, isso é para fazer coro com aqueles que estão sempre lembrando do mais querido, do Senador Aécio Neves, o inesquecível. Aquele que mudou a história de Minas Gerais, ao ligar 230 cidades que não possuíam ligação asfáltica, mudou a história da zona Norte de Belo Horizonte, que agora recebe o Alphaville e a Universidade Mackenzie, como também recebeu a Linha Verde, a Cidade Administrativa... Por isso, eles têm de lembrar sempre do mais querido, porque o mais querido está fazendo tanto pelo nosso país, como já fez por Minas Gerais, socialmente. Naqueles rincões de Minas Gerais, os lugares esquecidos em que, muitas vezes, as pessoas enfermas tinham de sair carregadas, ou os veículos só saíam puxados por tratores, o mais querido ligou todas essas estradas por asfalto. Agora, Deputado Valadares, o mais eficiente, o Governador Anastasia, ligará o restante pelo Caminhos de Minas, com o empréstimo aprovado nesta Casa. Portanto, eu queria concordar com aqueles que reverenciam o mais querido, nosso Senador Aécio Neves, que esteve, ontem, aqui em Minas Gerais, nessa campanha, defendendo o nosso Estado e o nosso povo.

Muito obrigado, Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares* - Concedo aparte ao Deputado Duarte Bechir e, em seguida, ao Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, eu trouxe a esta Casa uma informação importante sobre a campanha que o governo de Minas faz, e, é claro, com o apoio do Senador Aécio Neves. Ao que parece, a Oposição poderia não perder o trem da história, não perder a oportunidade e somar esforços conosco nessa campanha, que é dos mineiros. Mas, não dos mineiros, por exemplo, como tem sido o governo federal, se olharmos duas ações do governo federal, uma do que saiu e muitas da que entrou. A última ação do que saiu: no apagar das luzes do mandato do ex-Presidente Luiz Inácio, V. Exa se lembrará que foi decretada, por meio de medida provisória, uma fórmula para nos tomar a Fiat e levá-la para Pernambuco, terra do ex-Presidente. Os investimentos que Minas ganharia com a vinda da melhoria da Fiat, perdemos para o Estado do Pernambuco, terra do ex-Presidente.



Mais do que depressa, sem perder tempo, o Senador Aécio Neves apresentou uma emenda àquela medida provisória do Presidente Lula, estendendo os benefícios também para Minas Gerais, para a área da Sudene.

E o que fez o Presidente Lula? Pediu que a emenda fosse derrotada e, de fato, assim aconteceu: derrotaram Minas Gerais.

Minas Gerais é o 21º Estado a receber as casas do programa Minha Casa Minha Vida. Então, quando a Oposição aqui vem, poderia ser uma oposição construtiva, que tivesse voltada ao crescimento e à melhoria de Minas Gerais; uma oposição que tivesse a responsabilidade de somar esforços para o engrandecimento de Minas Gerais. Mas temos notado, meu caro Deputado e Líder Gustavo Valadares, que a Oposição quer comemorar as coisas difíceis e impossíveis e não quer entrar na briga por Minas Gerais, por aquilo que nos é devido, por aquilo que temos o direito de buscar.

Muitas vezes, busco no meu passado, como Vereador, os momentos em que, com coerência, fui oposição. Em nenhum momento encontro uma ação que adotei para diminuir o crescimento da minha cidade; mas aqui vejo acontecerem, constantemente, ações para diminuir o crescimento de Minas Gerais. Oposição burra, meu caro Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* – Obrigado, Deputado Gustavo Valadares. Também venho somar a minha voz no sentido de parabenizar o nosso grande líder, Senador Aécio Neves, que liderou, junto com a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa e a Associação Mineira dos Municípios, a luta dos “royalties” da mineração de Minas Gerais.

Vários Prefeitos e várias lideranças seguem a trilha de desenvolvimento de Minas Gerais, capitaneada pelo Senador Aécio Neves, que, diga-se de passagem, foi o melhor Governador deste Estado. Com certeza, ele ainda prestará grandes serviços à nossa nação. Portanto, daqui do Parlamento, queremos enviar um abraço ao Senador Aécio Neves e ao Governador Anastasia, porque Minas Gerais está no caminho certo.

O Deputado Gustavo Valadares* - Obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Sr. Presidente, nesses 8min30s que me restam, vou tentar fazer o meu pronunciamento. Prometi a alguns amigos que o faria de maneira mais calma, menos estressada, porque, na última vez em que estive na tribuna, acabei exaltando-me e falando um pouco mais alto, Deputado Gustavo Corrêa. Na verdade, o assunto de hoje me traz também um sentimento de revolta - não sei se esse termo seria o mais oportuno, Deputado Antônio Júlio.

Há uma semana, na última terça-feira, a Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, esteve em Belo Horizonte para, mais uma vez, fazer um jogo de cena, para fazer a população de Minas de boba. Não há outro termo melhor do que esse. Veio a Minas para criar um factóide e colocar nas manchetes dos jornais, que seriam veiculadas no dia seguinte, que o governo federal estaria investindo R\$6.000.000.000,00 em obras de infraestrutura no nosso Estado.

Cabe a nós, Deputados, parlamentares que acompanhamos de perto a situação das principais rodovias e dos gargalos de infraestrutura que temos no País, a responsabilidade e a obrigação de alertar a população mineira de que não é verdade que o governo federal investirá os R\$6.000.000.000,00 anunciados pela Presidente Dilma na semana passada. O governo federal, a Presidente Dilma, gastou recursos públicos para vir a Belo Horizonte, na semana passada, assinar um convênio, Deputado Pinduca, de R\$17.000.000,00.

Vejam a que ponto chegamos: uma Presidenta que se diz mineira, belo-horizontina, vem a Belo Horizonte assinar um convênio e entregar ao governo de Minas R\$17.000.000,00. Um governo que arrecada bilhões e bilhões, que investe Brasil afora bilhões e mais bilhões, veio aqui entregar R\$17.000.000,00, jogando um pepino nas mãos do governo do Estado. Aliás, manifestei claramente ao Governador minha insatisfação, porque achava que o governo do Estado não tinha que assumir a responsabilidade de licitar o projeto executivo da reforma do Anel Rodoviário de Belo Horizonte.

Que fique claro: não é o Anel Norte, não é o Rodoanel Sul, não é o Rodoanel Leste, são R\$17.000.000,00 repassados ao governo do Estado para que licite e defina a empresa para fazer o projeto da reforma do Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Já tínhamos um projeto pronto, feito pela Fiemg, não aceito pelo DNIT. Gastaram R\$17.000.000,00 mais uma dinheirama para fazer toda a estrutura que cerca a vinda da Presidente da República a Belo Horizonte. As obras de reforma do Anel Rodoviário de Belo Horizonte não sairão do papel antes de 2014. E não por irresponsabilidade ou incompetência do governo do Estado. As obras serão licitadas agora, e a empresa vencedora terá o prazo de 300 a 500 dias para produzir o projeto executivo. A ideia é de que o custo será de R\$1.500.000.000,00. Depois da licitação, será necessário fazer as desapropriações e obter as licenças ambientais. Infelizmente, repito, a obra não sai do papel antes de 2014. E o Anel continua matando todo dia, toda hora.

A Presidenta veio aqui para iludir os mineiros, dizer que gastará R\$6.000.000.000,00, e anunciou o Rodoanel Norte, que sequer tem projeto executivo e previsão de licitação. Também anunciou o Rodoanel Sul, passando a responsabilidade ao governo do Estado, e o Rodoanel Leste à Prefeitura de Belo Horizonte. Isso é fazer graça com o chapéu alheio e, mais uma vez, iludir a população mineira. Não há, em absoluto, nada de concreto em relação à reforma do Anel atual e dos novos anéis.

Concederei aparte a V. Exa. daqui a pouco, Deputado Rogério Correia, apesar de ter apenas 7 minutos. Quanto à 381, os governos Lula e Dilma já vieram aqui duas vezes anunciar a autorização de licitação das obras. São 10 lotes até Valadares, sendo que 8 já possuem projetos prontos para serem licitados, o que deveria ter sido feito no ano passado. No apagar das luzes do governo Lula, em época de campanha eleitoral, vieram anunciar a licitação. Até agora a obra não saiu do papel, já a jogaram para outubro. Deputado Doutor Wilson, essa obra sairá, mas não porque a Presidente é boazinha com Minas, é porque ninguém aguenta mais o número de mortes no Anel e na 381. Essa ela terá de fazer por obrigação, e não porque quer, porque gosta e quer fazer por Minas, mas porque não dá mais para esperar.

Concederei aparte ao Deputado Rogério Correia e, se houver tempo, ao Deputado Fred Costa, que, aliás, foi vítima da 381 há 30 dias.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Gustavo Valadares, estive com a Presidenta Dilma no Palácio da Liberdade e tive a impressão, aliás, não apenas impressão, de que o Governador Anastasia externou muito contentamento com os anúncios de R\$6.000.000.000,00 para a Região Metropolitana, incluindo o Anel, o Vetor Norte e a 381, além de R\$4.000.000.000,00 do Ministério dos Transportes para serem aplicados em várias outras rodovias que estão sendo reformadas pelo Estado. O Governador agradeceu de forma veemente os R\$10.000.000.000,00, valor superior ao projeto citado por V. Exa., e disse que será parceiro. A Presidenta reiterou

que essa parceria era fundamental. As obras são do PAC. A Presidenta disse que convidaria o Governador para o anúncio de mais R\$20.000.000,00 para os Estados, e o fez dois dias depois. O Governador estava lá e novamente agradeceu à Presidenta.

Senti lá a falta de um Senador, que é mais Senador do Rio de Janeiro: Aécio Neves. Naquela ocasião, ele estava em Paris torcendo para dar errado. Sei que a base do Aécio torce para tudo dar errado. Na verdade, fico triste de ver que V. Exa. é mais dessa base “aecista”, que torce para dar errado, que da base do próprio Governador Anastasia, que parece estar acordando, pois tem de governar Minas e precisa dar certo. V. Exa. não deveria ficar como Aécio Neves, igual a urubu, ave agourenta, torcendo para Minas dar errado para dizer que o governo federal nada fez.

Portanto, Deputado Gustavo Valadares, fico triste de ver V. Exa. do lado das aves agourentas de Aécio Neves. Preferiria que V. Exa. fosse da base do Anastasia e agradecesse à Presidenta Dilma.

O Deputado Gustavo Valadares* - Interessante, Sr. Presidente, porque isto de “quanto pior, melhor” não funciona para nós. Tem funcionado para uma certa oposição dentro desta Casa, mas não para nós.

Quero fazer dois desafios. O primeiro é que dizem que a Presidenta é de Belo Horizonte, então vamos soltá-la na Praça Sete e pedir que venha a pé até a Assembleia Legislativa. Ela vai se perder, pois não conhece Belo Horizonte, não conhece Minas. Portanto o primeiro desafio que faço é este: solte a Presidenta na Praça da Liberdade ou na Praça Sete e peça a ela que chegue à Assembleia. Ela não conhece nada, não é daqui e não tem nenhuma relação com os mineiros, até porque, se tivesse, não nos trataria assim. Em segundo lugar, o Governador do Estado é um homem responsável e educado. No pronunciamento que fez, há uma semana, quando recebeu a Presidenta, ele se comportou como republicano, não fez críticas ao governo federal, ao contrário da Presidenta, que, em seu pronunciamento, mentiu, quando disse que, antes de 2003, o governo federal nada investiu em Minas. Deputado Rogério Correia, eu lhe darei um exemplo. A CBTU, na ocasião presidida por meu pai, na época do governo Fernando Henrique - o Deputado João Leite já se cansou de dizer isso aqui -, inaugurou dezenas de estações do metrô e alongou a única linha que está funcionando em Belo Horizonte, com dinheiro, única e exclusivamente, do governo federal, investimento do governo Fernando Henrique. Recurso que a Presidenta não sabe que existiu e que foi investido. Depois que o governo da Dilma e o do Lula entraram em Brasília, nenhum centavo sequer foi investido no metrô aqui, nem um metro da nossa linha de metrô foi ampliado. Isso é apenas um exemplo.

Gostaria de falar da insensibilidade, do descompasso, do destempero e, mais que isso, da forma mal-educada como a nossa Presidenta se comportou numa solenidade na Capital dos mineiros, e isso depois de ouvir um pronunciamento republicano do nosso Governador de Estado.

Para concluir, gostaria de dizer que o meu tempo para o debate foi muito pouco, pois tive de conceder aparte a quatro parlamentares. No entanto, me coloco à disposição de V. Exa. para discutir esse assunto, talvez ainda nesta reunião. E, mais que isso, saibam que irei de joelhos de Belo Horizonte a Betim. Não vou falar de Governador Valadares, porque a BR-381...

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Vá a Governador Valadares de joelhos, Deputado Gustavo Valadares!

O Deputado Gustavo Valadares* - Então, vamos. Vou a Governador Valadares, mas não pela BR-381... Estou terminando, Sr. Presidente. Não vou usar a BR-381. Irei de joelhos a Governador Valadares se alguma coisa do anel norte, do anel sul, do anel leste sair até o final desta gestão da Presidenta Dilma. Deputado Rogério Correia, assumo este compromisso: irei de joelhos à terra de Bonifácio Mourão se algum metro de asfalto for construído para o anel norte, o anel leste ou o anel sul.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, o público presente e todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia.

Gostaria de dizer para o Deputado Gustavo Valadares que comece a preparar os joelhos e arrume umas boas joelheiras, porque terá de andar muito. Os defensores do Senador Aécio Neves em Minas torcem veementemente para o caos, chegando ao absurdo de torcerem contra o Governador do PSDB, Antonio Augusto Anastasia, quando fazem uma oposição branca nesta Casa.

A base do Aécio é que boicota os trabalhos do Governador Anastasia nesta Casa. Pelo contrário, a Oposição tem feito aqui uma oposição construtiva, que fiscaliza e ajuda, na hora em que se precisa, os interesses do Estado.

Deputado Rogério Correia, rebatendo o Deputado Gustavo Valadares, que disse que, se soltarem a Dilma na Praça Sete, ela não saberá para onde ir, o próprio Governador, em seu discurso, na semana passada, no Palácio da Liberdade - não sei se V. Exa. se lembra bem -, disse que a Dilma caminhava nos jardins perfumados do Palácio. Foi um jeito gentil de recepcionar nossa Presidente. Ele não fez mais do que a obrigação de reconhecer e de agradecer à Presidente Dilma os inúmeros investimentos que o governo federal faz em Minas. Se formos enumerar, 15 minutos não serão suficientes para falar no volume de obras que o governo federal faz em Minas Gerais. É o maior volume de obras já visto na história. Só nesta visita da Presidente, foi feito o anúncio de R\$6.000.000,00 para o Anel Rodoviário, para o Rodoanel, para a BR-381. O problema é que a Oposição de Minas Gerais, feita pelo PSDB ao governo Dilma, é cega. Eles não conseguem reconhecer os avanços. Eles ficaram no governo por oito anos, e o Brasil andou para trás nesse período; eles não conseguem admitir que um torneiro mecânico - o Presidente Lula - e a nossa Presidente Dilma tiraram o Brasil do marasmo em que eles deixaram, gerando 18 milhões de empregos com carteira assinada, fazendo as obras, fazendo o dever de casa, pagando a dívida externa imensa que eles construíram ao longo do tempo. Hoje o Brasil, graças a Deus!, é um país respeitado no mundo inteiro.

Temos muito que comemorar. Comemorar, por exemplo, Deputado Rogério Correia, a nossa BR-135, que vai de Manga a Montalvânia e até à Bahia, e está sendo tocada a todo o vapor. O Ministro Paulo Sérgio disse, no Palácio da Liberdade, que ninguém acreditava que aquela obra sairia. O Ministro foi comigo a Manga e a Montalvânia e anunciou uma obra de mais de R\$100.000.000,00. Agora, anunciará a segunda parte da construção dessa rodovia, de Manga a Itacarambi, uma segunda opção que cortará o Brasil de fora a fora, ligando Minas Gerais a São Luís do Maranhão e ao Rio de Janeiro. Mais do que isso, Deputado Rogério Correia, há o volume de obras que o DNIT faz no Estado. Basta ver também a adequação da BR-135, de Curvelo a Montes Claros, que ficou uma beleza. Agora o Ministro Paulo Sérgio acabou de anunciar a licitação do projeto executivo para a adequação da

BR-251, de Montes Claros a Salinas, fazendo pista dupla de Salinas até o trevo de Janaúba e mais de 100km de terceira via de Montes Claros a Salinas.

São investimentos como esse que marcam o governo federal em Minas Gerais. Mas os amiguinhos do Aécio não aceitam e não batem palmas nem agradecem, como fez o Governador Anastasia, que irritou profundamente Aécio Neves na semana passada. O Governador pelo menos mostrou que tem humildade, que é uma pessoa que sabe reconhecer. E não foi só nessa oportunidade: eu o vi agradecer ao Ministro da Integração Nacional, que liberou R\$1.000.000.000,00 para Minas Gerais, para a construção da Barragem de Jequitaí e para terminar os projetos da Barragem de Congonhas, que garantirá o abastecimento de Montes Claros nos próximos 100 anos, projeto esse que consegui fazer quando estava na direção do DNOCS. Agora serão liberados R\$500.000.000,00 para a construção da barragem, que receberá o nome de Barragem Vice-Presidente José Alencar.

O mesmo Ministro veio do Palácio para liberar mais R\$300.000.000,00 para fazer redes de esgoto em todas as cidades da calha do Rio São Francisco, Deputado Rogério Correia. A Oposição não consegue enxergar porque é cega e não quer ver, mas Dilma faz em Minas o que Fernando Henrique, que ficou oito anos, não fez; oito anos tratando esse Estado a pão e água; oito anos de mendicância. Era assim que tratavam o Governador do PSDB, Eduardo Azeredo, que teve de fazer renegociações da dívida com índices absurdos pactuados por eles, do PSDB. Isso tem de ficar claro. Essas verdades têm de ser ditas, doam a quem doer.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, V. Exa. respondeu bem aos ataques feitos pelos Deputados do DEM e do PSDB à Presidenta Dilma, ataques que ela evidentemente não merece.

A nossa Presidenta, no Palácio, explicou bem, quando era jovem ainda em Belo Horizonte, estudante do Colégio Estadual Central, lembrou da Avenida do Contorno, do Anel, enfim, deu uma aula sobre Belo Horizonte. Teve de sair cedo da Capital, expulsa por um período do regime militar em que foi barbaramente torturada. O jornal "Estado de Minas", todos viram, no fim de semana, publicou a história da Presidenta aqui em Minas Gerais nos tempos do regime militar. Foi uma brava lutadora contra o regime militar, foi, inclusive em Minas Gerais, muito torturada. Acredito que temos de valorizar o que é de Minas, e a Dilma merece todo o nosso carinho.

Mas o que mais me intriga, Deputado Paulo Guedes, nisso tudo é essa estratégia "aecista" de disputar a Presidência da República, que é a estratégia das aves agourentas, que torcem para que tudo dê errado. O Senador Aécio Neves, aliás, foi o único Senador que não veio ver a Dilma anunciar as obras tão importantes para Belo Horizonte e para Minas. Os outros Senadores vieram, mas o Senador Aécio Neves não veio. Estava em Paris, provavelmente na Place de la Madeleine, sorvendo um vinho tinto ou um vinho branco com salmão, parece-me que esse é o predileto dele, e agourando, torcendo para que dê errado, dizendo: "Minas não pode dar certo, o Brasil não pode dar certo. Sou candidato a Presidente e, dando tudo errado, terei chance." Torcendo, então, de Paris para que o Brasil dê errado.

Parece que a Presidenta Dilma sabia que o Senador Aécio Neves estava na Europa, pois ela falou da crise da Europa e do neoliberalismo. Os tucanos engoliram seco. A Presidenta Dilma deu uma aula de economia, dizendo: "A Europa em crise é a crise do neoliberalismo. É necessário fazer no Brasil e na Europa o inverso do que os neoliberais fizeram no mundo. É necessário investimento." Anunciou, então, R\$10.000.000.000,00 para Minas. Os tucanos, calados; Aécio, na Place de la Madeleine, em Paris, torcendo para dar errado. É lastimável.

O Deputado Paulo Guedes* - Antes de passar apartes aos Deputados Pompílio Canavez e Gustavo Corrêa, quero aqui, Deputado Rogério Correia, enumerar algumas ações importantes e conquistadas para a nossa região.

Sexta-feira, entregaremos em Janaúba mil casas populares do programa Minha Casa, Minha Vida. O Prefeito José Benedito está feliz com os inúmeros investimentos do governo federal na nossa cidade de Janaúba. Não são apenas casas populares, o Minha Casa, Minha Vida. Teremos lá uma escola técnica com investimentos de R\$7.500.000,00, assim como em Manga, em Monte Azul, em Espinosa, em Brasília de Minas, em Taiobeiras, em Bocaiuva. Enfim, são 10 novas escolas técnicas para o Norte de Minas, Deputado Pompílio Canavez. Mais do que isso, Janaúba também vai receber um investimento de mais de R\$50.000.000,00 com a construção do câmpus da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

Esse é mais um presente da Presidenta Dilma para o Norte de Minas Gerais. Por isso temos muito o que comemorar. Ao mesmo tempo, Deputado Pompílio Canavez, permaneço triste porque o Sr. Aécio Neves ficou no governo de Minas por oito anos e Montes Claros, a capital de Minas Gerais, não tem uma obra de relevância desse período - o Deputado Tadeu Martins Leite está aqui presente e confirma tal fato. Esperamos que agora o Governador Anastasia faça a correção histórica desse descaso do governo Aécio com Montes Claros e com o Norte de Minas e libere obras importantes.

Montes Claros é uma cidade que precisa de muitos investimentos na mobilidade urbana, onde há grandes problemas de trânsito. É preciso fazer lá um anel rodoviário. O governo federal já disponibilizou recursos ao DNIT. Esteve aqui, em Belo Horizonte, o Ministro dos Transportes, com quem nos encontramos, como também com o Diretor do DER, Sr. José Élcio, ocasião em que fomos informados que o DNIT vai aplicar os recursos para construir o anel rodoviário de Montes Claros. Essa é mais uma parceria, Deputado Ulysses Gomes, do governo federal, que a Oposição tanto critica nesta Casa. Então, o DNIT vai direcionar os recursos para o DER, para a construção do tão sonhado anel rodoviário de Montes Claros. Trata-se de uma obra de fundamental importância, porque todo o trânsito pesado daquela região passa nas ruas centrais da cidade, deixando-as esburacadas, com necessidade de serem refeitas todo ano. Esse anel rodoviário é uma obra de fundamental importância para Montes Claros. O Ministro Paulo Sérgio garantiu a liberação dos recursos quando da visita da Presidenta Dilma aqui, em Belo Horizonte, na semana passada.

Por esses motivos, estamos aqui otimistas com o governo da Presidenta Dilma, que vai muito bem, com aprovação recorde a cada dia, uma questão fundamental para todos nós, em todo esse processo. Minas Gerais tem, sim, de abrir os braços e receber, da melhor forma possível, como fez o Governador, que irritou os tucanos, ligados ao Senador Aécio, ao receber, no Palácio, a Presidenta Dilma para anunciar a liberação de R\$6.000.000.000,00 para Minas Gerais.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, V. Exa. é um grande defensor do Norte de Minas, de Montes Claros e de outras cidades da região e não teve tempo de falar da Faculdade de Medicina Federal, das vagas oferecidas para o Norte do Estado, conforme anunciado pelo Ministro Mercadante.

Aproveito o aparte concedido por V. Exa. para relatar a visita que realizamos hoje ao Presidente da Cemig, Sr. Djalma Moraes: eu, os Deputados Sávio Souza Cruz e Rogério Correia, juntamente com os dirigentes do Sindieletro, para falar sobre as demissões imotivadas de dirigentes sindicais. Aliás, sobre a demissão de um cipeiro, um empregado da Cemig há 29 anos e 7 meses, que foi demitido sem a mínima explicação. Esse funcionário estava preparando o Cipat, a reunião sobre segurança e saúde no Triângulo Mineiro, onde trabalhava, e foi demitido sem as devidas explicações. Estivemos lá hoje, as explicações foram pífias e não nos convenceram. Aliás, Deputado Paulo Guedes, nós estamos, eu e os Deputado Sávio Souza Cruz e Rogério Correia, entrando com pedido, à Cemig, de esclarecimentos por essa prática antissindical - já vou concluir, Sr. Presidente. Como bem lembrou o Deputado Sávio Souza Cruz, foi uma decisão pouco inteligente, porque a Cemig irá pagar o tempo de mandato do funcionário Paulo Marinho, em Uberlândia, que foi demitido faltando 11 meses para ele se aposentar. Eles irão pagar ao funcionário por 18 meses. Não seria mais sensato, óbvio, pagar os 11 meses para ele deixar de aposentar e ter a contrapartida do serviço, ao invés de pagar 18 meses sem ter a contrapartida do serviço?

Então, Sr. Presidente, esta é a notícia que eu gostaria de transmitir, de estranhamento. Primeiro sobre a postura da estatal, de demitir um empregado com estabilidade sindical, e segundo, esse gesto mal explicado de pagar a um funcionário por 18 meses, sendo que poderia pagar por 11 meses. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, só para concluir, quero reforçar uma cobrança que fiz nos meses de abril e maio. Volto a fazê-la agora, em junho, pois o governo ainda não se pronunciou. É a questão da isenção do ICMS, da venda do gado no Norte de Minas, região que está sempre sofrendo com a seca; o governo ficou mudo.

Há dois meses, estamos defendendo isso aqui, e é importante que o governo se pronuncie antes que o caos aconteça. Teremos uma mortandade de mais de um milhão de cabeças de gado no Norte de Minas, se essa medida não for tomada pelo governo estadual. Está passando da hora. Era isso, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho aqui hoje, na verdade, para fazer repercutir uma reunião realizada na parte da manhã, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, quando discutimos a questão de um projeto do governo do Estado de 2007, o Minas Comunica. Na verdade, o Minas Comunica foi uma forma de o governo mostrar vanguarda nos investimentos. Ele sabia que o governo federal faria esse investimento na telefonia móvel em todo o País, especialmente em Minas Gerais, e se antecipou e fez um contrato totalmente equivocado, Deputado Rogério Correia, em que só a Claro e a Oi estão funcionando. Lá só funcionam Oi e Claro; se você tiver telefone de outra operadora não conseguirá falar.

O mais grave disso tudo é que essa é a quarta reunião que a Comissão faz com a presença das operadoras, da Anatel, e nada se resolve. Não se resolve porque o governo não quer resolver. O governo não aceita que houve um erro no edital, que foi contratada uma empresa que não tinha competência para fazer o edital. E o Estado de Minas Gerais foi sacrificado de duas formas: uma porque o telefone não funciona; outra porque houve investimento do Tesouro do Estado de R\$400.000.000,00, enquanto o governo federal fez isso em todos os Estados, sem nenhum investimento por parte dos governos. O que é mais grave, Deputado Rogério Correia, é que estão preparando o Minas Comunica 2, com o mesmo problema, porque, agora com a banda 4G, as operadoras são obrigadas a colocar telefonia móvel nos Distritos. Então, teremos Distritos funcionando, com "roaming", tudo beleza, porque o governo federal fará isso. O nosso projeto Minas Comunica continua capenga, e estão querendo fazer o Minas Comunica 2, que continuará capenga. Se o governo se antecipar, como fez com o outro projeto, o governo federal e as operadoras não farão investimento. Então, é preciso haver essa discussão.

Disse hoje ao Dr. Sérgio, que veio aqui representando a Secretária Werneck, que pela primeira vez o governo prestou atenção nessa discussão, porque os outros que aqui vieram não sabiam nem o que estava acontecendo na reunião. E é uma situação do governo. É vontade do governo resolver essa situação, que tem solução, de acordo com as operadoras. Mas, infelizmente, isso não tem acontecido.

Deputado Rogério Correia, ouvi falarem aqui de anel, de projeto da 381, de metrô. Isso tudo é conversa para boi dormir, porque o governo do Estado está quebrado, não tem dinheiro para pagar um projeto, e não temos projeto. A Dilma tomou uma posição corretíssima no início do seu governo, quando explodiu a questão do DNIT, do Ministério dos Transportes. Ela disse que não autoriza nenhuma obra se não houver projeto executivo. Eles faziam um projeto básico, começavam a obra, vinham fazendo aditivos - faziam aditivo daqui, aditivo dali -, e a obra ficava três, quatro vezes... Então, não temos projeto, temos é muita discussão política.

Cadê o projeto do Anel Rodoviário? Cadê o projeto do metrô, que nem existe? Agora é que será feita uma licitação para o projeto de sondagem, para ver onde há possibilidade de trajeto do metrô. Com isso, são mais 15 meses para inaugurar. Então, ela disse que tem o dinheiro, mas quer que apresentem os projetos. Querem que o governo faça tudo! Fica muito fácil achar que o governo tem que executar tudo.

O DNIT é o Departamento Nacional da Incompetência Terrestre, e, enquanto estivermos dependendo dele, não vamos a lugar algum. Então, o governo do Estado tem que assumir.

Como disse hoje na reunião da manhã, essa questão do "roaming" parece algo simples. Os Deputados não estão nem ligando para isso. Realizamos reunião lá e ninguém sabe do que estamos falando. A pessoa viaja pelo interior com seu telefone, mas fica sem comunicação. Isso é grave e ocorre somente em Minas Gerais. Agora, Gustavo, é fácil resolver essa questão, só que é preciso vontade. Infelizmente temos um governo que não a tem, que está acomodado, quebrado e falido. É preciso ter vontade.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Faliu Minas. Deputado Antônio Júlio, estive em Alagoas. É impressionante como, em qualquer pequeno Município e Distrito de Alagoas, Estado pobre do Nordeste, consegue-se falar por meio de qualquer telefone, da Oi,



da TIM ou da Vivo. Há todos. Por outro lado, aqui, quando era Governador, o Senador Aécio Neves inventou esse Minas Comunica que é o “Minas Não Comunica”.

Faço este aparte a V. Exa. lembrando que, neste final de semana, estive na região Centro-Oeste. Deputado Antônio Júlio, passei pela MG-050 e fiquei “absurdado”. Para ir até São Sebastião do Paraíso, pagamos R\$24,60 por uma estrada - aliás, foi a primeira PPP feita pelo governo Aécio Neves. Não a duplicaram. Ela está esfarelado e toda irregular e, quando chove, enche de buracos. Agora, para ir até São Paulo pela Fernão Dias - duplicada -, o pedágio é de R\$11,20. Quer dizer, paga-se para ir a São Paulo, numa rodovia federal duplicada, a metade do que se paga para ir pela Rodovia MG-050, que foi privatizada. O Deputado Sávio Souza Cruz tem razão. Para o governo Aécio e agora para o Anastasia, PPP não é parceria público-privada, mas sim “é público, pode pegar”. Não é possível pagar tanto pedágio numa rodovia como essa.

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, serei extremamente breve até para não tomar o tempo do seu belo pronunciamento. V. Exa. sabe do carinho e da admiração que tenho pelo seu trabalho. Não rebaterei nem questionarei as ponderações dos Deputados que o antecederam. Deixarei para fazer isso num momento oportuno.

Queria apenas registrar que, ao contrário do que disse o Deputado Rogério Correia, no dia em que a Presidente Dilma esteve aqui lançando mais esse blá-blá-blá de obras, que, aliás, sabemos não dará em absolutamente nada, o Deputado Aldair Cunha, relator da CPI do Carlinhos Cachoeira, pode dizer que lá estava o Senador Aécio Neves. Então ele não estava em Paris como aqui alguns outros disseram. Em Paris, deviam estar outras pessoas que não elencarei. Ainda mais que vi ontem uma bela foto, estampada em todos os jornais de circulação nacional na internet, do ex-Presidente Lula ao lado de Paulo Maluf, meu grande amigo e por quem tenho grande respeito. O PT não consegue, como tudo na vida, encontrar-se internamente. Então a Luiza Erundina já está nervosa, assim como alguns militantes do PT.

Portanto, queria apenas registrar hoje que o Senador Aécio não estava em Paris, mas, sim, em Brasília, como sempre esteve, representando os interesses de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio - Deputado João Leite, antes de lhe conceder aparte, quero fazer só um questionamento. Peço-lhe que me ajude. Em Pará de Minas, região nossa e do Inácio, há um mês ocorreu um acidente violento provocando a morte de quatro jovens. Parece que havia gasolina dentro do veículo que se incendiou. Então não conseguiram identificar os meninos. Foi um sofrimento para a família, que não consegue fazer a identificação no IML, que alega haver na frente 1.500 exames de DNA a serem feitos, e o equipamento está estragado. Portanto, gostaria que depois V. Exa., que tem tomado cuidado... Isso é um desrespeito para com as pessoas e uma agressão aos direitos humanos da família, que já perdeu os quatro jovens e não consegue a identificação deles porque, conforme disseram - aliás, não estou acreditando nisso -, o equipamento está quebrado.

Estou fazendo o encaminhamento com o nome das pessoas para a Comissão. Deputado João Leite, gostaria que depois possamos ajudar essas famílias da nossa cidade de Pará de Minas, as quais estão sofrendo pela perda dos quatro filhos e, até hoje, não conseguiram enterrar os restos mortais deles, sem identificação.

Sr. Presidente, estamos encerrando. Só lhe peço mais um tempo para uma palavra final.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Antônio Júlio; obrigado, Presidente. Gostaria, claro, de receber esse pedido na Comissão de Segurança Pública e encaminhá-lo imediatamente. Mas, quero lamentar, porque nós, muitas vezes, fazemos confusão, e a população de Minas Gerais fica mal-informada. Como comparar a BR-381 com a 050? Fernando Henrique duplicou 600km da Rodovia Fernão Dias e a entregou pronta. O PT chegou e começou a cobrar pedágio em uma estrada pronta. O governo de Minas fez parceria com uma empresa para duplicar uma estrada. Vejam a comparação. Ora, tem de pagar... Depois que o povo pagou, no governo de Fernando Henrique, para duplicar 600km ainda tem de pagar mais? A empresa privada é que vai ter de fazer a duplicação da MG-050. Então, lamento que se informe tão mal à população. Lamento que esse partido faça oposição tão irresponsavelmente. Hoje, serão julgados alopados... Montaram um dossiê contra o Serra e uniram-se a Paulo Maluf.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, encerrando e aproveitando a discussão do Deputado João Leite, gostaria de comunicar a todos os Deputados que amanhã a Comissão de Transporte estará discutindo a questão da rodovia 050. Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou encerrando. O Presidente poderá, com certeza, Deputado Romel Anízio, conceder-lhe a palavra pela ordem.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/6/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando José Queiroz de Magalhães do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Nelson Queiroz de Magalhães para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando José Maria Campos Neves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;



nomeando Luciano Nunes Souza para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;

nomeando Maria Torquette Rovedo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Victor Cesar Arantes Braga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Espaço e Cor Comércio e Empreendimentos Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de cortina rolô. Vigência: 60 dias a contar de sua assinatura, sem prejuízo do prazo de garantia. Licitação: Pregão Eletrônico nº 002/2012, lote 2. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90-10.1.



ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 3.269/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/6/2012, na pág. 3, no despacho, onde se lê:

“nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno”, leia-se:

“nos termos do § 2º do art. 173, c/c o art. 174, do Regimento Interno”.